



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**LEI COMPLEMENTAR Nº 006/94 DE 21 DE JUNHO DE 1.994.**

**DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.**

O Senhor Saturnino Masson, Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º** - Esta Lei institui o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Tangará da Serra, de suas autarquias e fundações públicas.

**Art. 2º** - Regime jurídico único para efeitos desta Lei, é o conjunto de preceitos de provimento e movimentação, direitos e deveres, proibições e responsabilidades, dos servidores públicos, estabelecidos com base nos princípios constitucionais que regem as relações entre o município e seus servidores.

**Art. 3º** - Na aplicação desta Lei serão observados os seguintes conceitos:

**I** – servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público;

**II** – cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor, criado por Lei, com denominação própria, número certo e pago pelos cofres públicos;

**III** – classe é a divisão básica da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido vertical, com os correspondentes níveis de retribuições pecuniárias;

**IV** – quando é o conjunto de cargos e funções pertencentes a estrutura organizacional da administração direta, autárquica e das fundações do Município .

**§ 1º** - As carreiras serão organizadas em classes de cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e complexidade de suas atribuições, guardando correlação com a finalidade do órgão ou entidade.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**§ 2º** - As carreiras compreendem classes de cargos do mesmo grupo profissional, reunidas em segmentos distintos, de acordo com a escolaridade exigida para ingresso.

**Art. 4º** - Os cargos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros, que preencham os requisitos estabelecidos em Lei, e são de provimento efetivo ou em comissão.

**§ 1º** - Os cargos de provimento efetivo serão organizados e providos em carreira.

**§ 2º** - Os cargos em comissão são os que envolvem atividades de direção e assessoramento superior, bem como de assistência direta e imediata e são de livre nomeação e exoneração, devendo o seu provimento ser feito, preferencialmente por servidores de carreira técnica ou profissional do próprio Município, na forma expressa na Lei Orgânica Municipal.

**Art. 5º** - A classificação de cargos e funções obedece o plano correspondente, estabelecido em Lei.

**Art. 6º** - É proibida a prestação de serviço gratuito, salvo os casos previstos em Lei.

## **TÍTULO II**

### **Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e substituição**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Do Provimento**

##### **Seção I**

##### **Das Disposições Gerais**

**Art. 7º** - São requisitos básicos para investidura em cargo público municipal:

- I – a nacionalidade brasileira ou naturalizada;
- II – o gozo dos direitos políticos;
- III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V – a idade mínima de dezoito anos;
- VI – aptidão física e mental.

**§ 1º** - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**§ 2º** - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas um percentual não inferior a 2% (dois por cento) das vagas oferecidas.

**Art. 8º** - O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder, do dirigente superior de Autarquia ou de Fundação Pública.

**Parágrafo Único** – As Autarquias e Fundações Públicas, para proverem os seus cargos, dependem de prévia autorização do Prefeito Municipal.

**Art. 9º** - A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

**Art. 10** – São formas de provimento de cargo público:

- I – nomeação;
- II – promoção;
- III – ascensão;
- IV – readaptação;
- V – reversão;
- VI – reintegração;
- VII – transferência;
- VIII – aproveitamento;
- IX – recondução.

## **Seção II** **Da Nomeação**

**Art. 11** – A nomeação far-se-á:

- I – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;
- II – em comissão, para cargo de confiança, de livre exoneração.

**§ 1º** - A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§ 2º - Os demais requisitos para o ingresso e desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, Progressão e ascensão, serão estabelecidos pela Lei que fixará diretrizes do sistema de carreira na administração pública e seus regulamentos.

## **Seção II**

### **Do Concurso Público**

**Art. 12** – O concurso será de provas, ou de provas e títulos, conforme dispuser o regulamento e as disposições do Plano de Carreira.

**Parágrafo único** – A publicação do resultado do concurso deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Art. 13** – O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização, serão fixadas em edital, que será aplicado conforme normas estabelecidas na Lei Orgânica do Município.

§ 2º - Não se abrirá novo concurso público enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

## **Seção IV**

### **Da Posse e do Exercício**

**Art. 14** – Posse é aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-lo com probidade e com obediência as normas legais e regulamentares, formalizada com assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, a requerimento do interessado, mediante justificativa.

§ 2º - A posse, excepcionalmente, poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 3º - Em se tratando de servidor em licença, ou em outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 4º - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará obrigatoriamente, declaração de seus bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de seus



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

**§ 6º** - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo.

**Art. 15** – A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial do Município ou, em sua falta, quem este indicar.

**§ 1º** - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto, física e mentalmente, para exercício do cargo.

**§ 2º** - A posse do servidor efetivo que for nomeado para outro cargo, independerá de inspeção médica, desde que se encontre em exercício.

**Art. 16** – São competentes para dar posse:

**I** – o prefeito, aos secretários municipais e demais autoridades que lhe sejam diretamente subordinadas, inclusive os dirigentes de autarquias e fundações públicas;

**II** – os secretários municipais, aos ocupantes dos cargos em comissão e funções no âmbito das respectivas secretarias;

**III** – os dirigentes de autarquias e fundações aos ocupantes de cargos em comissão, de funções e cargos efetivos da respectiva entidade;

**IV** – o Secretário de Administração ou titular de outro órgão de atribuições afins, cuja competência esteja expressa no Regimento Interno, aos servidores efetivos.

**Art. 17** – A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas em Lei ou regulamento, para a investidura no cargo.

**Art. 18** – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

**Art. 19** – O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

**Parágrafo Único** – O início do exercício e as alterações que ocorrerem serão comunicadas ao órgão competente, pelo chefe da repartição ou serviço em que estiver lotado o servidor.

**Art. 20** – Ao chefe da repartição ou serviço onde for designado o servidor, compete dar-lhe exercício.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 21** – O exercício do cargo terá início dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, contados:

I – da data da posse;

II – da data da publicação oficial do ato, no caso de remoção, readaptação, reintegração, aproveitamento, reversão, redistribuição, transferência e recondução.

§ 1º - Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados por 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente, devidamente justificados.

§ 2º - O exercício de função gratificada dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da publicação do ato de designação.

§ 3º - No caso da remoção, o prazo para exercício de servidor em férias ou licença será contado da data em que retornar ao serviço.

§ 4º - O servidor empossado que não entrar em exercício dentro do prazo fixado, será exonerado.

**Art. 22** – A transferência, promoção ou a ascensão não interrompem o tempo de exercício, que é contado do novo posicionamento na carreira, a partir da data da publicação do ato que transferir ou ascender o servidor.

**Art. 23** – Ao entrar em exercício o servidor apresentará, ao órgão competente, os elementos necessários ao assentamento individual.

**Art. 24** – Salvo os casos previstos nesta Lei, o servidor que interromper o exercício por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ficará sujeito a processo administrativo, com pena de demissão por abandono de cargo.

### **Seção V** **Da Freqüência e do Horário**

**Art. 25** – A freqüência será apurada por meio de Ponto.

§ 1º - Ponto é o registro pelo qual se verificará, diariamente, a entrada e saída dos servidores.

§ 2º - Nos registros de ponto, deverão ser lançados todos os elementos necessários a apuração da freqüência.

**Art. 26** – É vedado dispensar o servidor do registro de ponto, salvo nos casos expressamente previsto em lei ou Regulamento.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§1º A falta abonada é considerada, para todos os efeitos, presença ao serviço.

§2º Excepcionalmente e apenas para elidir efeitos disciplinares, poderá ser justificada falta ao serviço.

§3º O servidor deverá permanecer em serviço durante o horário de trabalho, inclusive nas horas extraordinárias, quando convocado.

§4º Nos dias úteis somente por determinação do Prefeito poderão deixar de funcionar os serviços públicos ou serem suspensos os seus trabalhos, no todo ou em parte.

**Parágrafo único** – No âmbito Municipal, ficam os servidores comissionados dispensados do controle de frequência, submetendo-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocados sempre que houver interesse da Autoridade Competente. **Incluído pela Lei Complementar n.º 112, de 26.12.2006.**<sup>1</sup>

**Art. 27** – Os ocupantes de cargos de provimento efetivo ficam sujeitos a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando houver outra Lei que estabeleça horário específico.

**Parágrafo Único** – Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

## **Seção VI** **Do Estágio Probatório<sup>2</sup>**

**Art. 28** – Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I – assiduidade;
- II – disciplina;
- III – capacidade de iniciativa;
- IV – produtividade;
- V – responsabilidade.

**Art. 29** – O chefe imediato do servidor em estágio probatório, informará a seu respeito, reservadamente, 120 (cento e vinte) dias antes do término do

<sup>1</sup> A LC 112/2006 não revogou expressamente os parágrafos do Art. 26.

<sup>2</sup> O Estágio Probatório está regulamentado pela Lei Municipal n.º 3.424, de 2010.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

período, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

§ 1º - De posse da informação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em estágio.

§ 2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, dar-se-lhe-á conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa a autoridade municipal competente, que decidirá sobre a exoneração ou a manutenção do servidor.

§ 4º - Se a autoridade considerar aconselhável a exoneração do servidor, ser-lhe-á encaminhado o respectivo ato; caso contrário fica automaticamente ratificado o ato de nomeação.

§ 5º - A apuração dos requisitos mencionados no Art. 28 deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, possa ser feita antes de findo o período do estágio probatório.

**Art. 30** – Ficará dispensado de novo estágio probatório o servidor estável que for nomeado para outro cargo público municipal.

### **Seção VII** **Da Estabilidade**

**Art. 31** – O servidor, habilitado em concurso público é empossado em cargo de carreira, adquirirá estabilidade no cargo ao completar 02 (dois) anos de efetivo exercício.

**Art. 32** – O Servidor estável só perderá o cargo em virtude da sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

### **Seção VIII** **Da Readaptação**

**Art. 33** – Readaptação é a investidura do servidor estável, em cargo compatível com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.

**Parágrafo Único** – A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

**Art. 34** – A readaptação será feita a pedido ou “ex-officio” e será processada:



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

I – quando provisória, mediante ato do Secretário de Administração, considerando a redução ou atribuição de novos encargos ao servidor, na mesma ou em outra unidade administrativa, respeitada a hierarquia e as funções do seu cargo;

II – quando definitiva, por ato do Prefeito, em cargo de carreira e de atribuições afins, mediante transferência, observados os requisitos de habilitação exigidos.

**Art. 35** – Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

**Art. 36** – A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor.

### **Seção IX** **Da Reversão**

**Art. 37** – Reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinados da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á “ex-officio” ou a pedido, no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, atendendo a habilitação profissional do servidor.

§ 2º - Encontrando-se provido de cargo em comissão, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

**Art. 38** – Não poderá ocorrer reversão quando o aposentado tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

### **Seção X** **Da Reintegração**

**Art. 39** – Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial com ressarcimento de todos os direitos e vantagens.

§ 1º - Se o cargo estiver provido, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitamento em outro cargo equivalente.

§ 2º - Se o cargo houver sido extinto a reintegração far-se-á em cargo equivalente, respeitada a habilitação profissional, ou não sendo possível, o servidor ficará em disponibilidade remunerada.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§ 3º - Até o julgamento final, o cargo só poderá ser preenchido precariamente.

**Seção XI**  
**Da Disponibilidade e do Aproveitamento**

**Art. 40** – O servidor estável será posto em disponibilidade, com vencimentos integrais, quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.

**Art. 41** – O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório no prazo máximo de 12 (doze) meses em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

**Parágrafo Único** – O órgão de pessoal determinará o imediato aproveitamento do servidor em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

**Art. 42** – O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.

§ 1º - Se julgado apto, o servidor assumirá o exercício do cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§ 2º - Verificada a incapacidade definitiva, o servidor em disponibilidade será aposentado.

**Art. 43** – Será tornado sem efeito o aproveitamento e extinta a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial.

§ 1º - A hipótese prevista neste artigo, configurará abandono do cargo apurado mediante inquérito na forma desta Lei.

§ 2º - Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento.

**Seção XII**  
**Da Recondução**

**Art. 44** – Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I – inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II – reintegração do anterior ocupante.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Parágrafo Único** – Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no Art. 41 desta Lei.

**CAPÍTULO II**  
**Da Vacância**

**Art. 45** – A vacância do cargo público decorrerá de:

- I – exoneração;
- II – demissão;
- III – promoção;
- IV – ascensão;
- V – transferência;
- VI – posse em outro cargo inacumulável;
- VII – aposentadoria;
- VIII – falecimento.

**Parágrafo Único** – A vacância por ascensão ocorrerá nos termos do inciso I, do art. 48.

**Art. 46** – A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou “ex-officio”.

**Parágrafo Único** – A exoneração “ex-officio” será aplicada:

- I – quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
- II – quando tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;
- III – quando, por decorrência de prazo, ficar extinta a disponibilidade.

**Art. 47** – A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

- I – a juízo da autoridade competente;
- II – a pedido do próprio servidor.

**Parágrafo Único** – o afastamento do servidor da função de direção, chefia e assessoramento dar-se-á:



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

- I – a pedido;
- II – mediante dispensa nos casos de:
  - a) promoção;
  - b) cumprimento do prazo exigido para rotatividade na função;
  - c) falta de exação, no exercício de suas atribuições, segundo o resultado do processo de avaliação, conforme estabelecido em lei e regulamento;
  - d) afastamento de que trata o art. 101, § 1º.

**Art. 48** – A vaga ocorrerá:

- I – na data da vigência do ato de ascensão, ou promoção funcional, transferência, aposentadoria exoneração ou demissão do ocupante do cargo;
- II – na data do falecimento do ocupante do cargo;
- III – na dada da vigência do ato que criar o cargo ou permitir seu aproveitamento;
- IV – imediatamente àquela em que o servidor completar 70 (setenta) anos de idade;
- V – da posse em outro cargo de acumulação proibida.

**Art. 49** – Quando se tratar de função gratificada, dar-se-á a vacância por dispensa, a pedido, “ex-ofício” ou por falecimento do ocupante.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Remoção e da Redistribuição**

##### **Seção I**

##### **Da Remoção**

**Art. 50** – Remoção é deslocamento do servidor, a pedido ou “ex-ofício”, com preenchimento de cargo vago, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

**Art. 51** – Dar-se-á a remoção de:

- I – uma secretaria para outra;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

II – uma localidade para outra, dentro do território do Município, no âmbito de cada secretaria.

§ 1º - A remoção destina-se a preencher vaga existente na unidade ou localidade vedado seu processamento quando não houver vaga a ser preenchida, exceto no caso de permuta.

§ 2º - A remoção por permuta será processada a requerimento de ambos os interessados, com anuência dos respectivos secretários ou dirigentes de órgão, conforme prescrição neste capítulo.

## **Seção II**

### **Da Redistribuição**

**Art. 52** – Redistribuição é a movimentação do servidor, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo poder cujo plano de cargos e vencimentos seja idêntico, observado sempre o interesse da Administração.

§ 1º - A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadros de pessoal às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º - Nos casos de extinção de órgãos ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidades até seu aproveitamento na forma do artigo 41.

## **CAPÍTULO IV**

### **Da Substituição**

**Art. 53** – Haverá substituição, nos impedimentos ocasionais ou temporários, dos ocupantes de cargos em comissão de Direção superior ou de função gratificada.

**Art. 54** – A substituição na função gratificada independe de posse e será automática ou dependerá de ato da Administração, devendo recair sempre em servidor do quadro.

§ 1º - A substituição automática é a estabelecida em Lei ou regulamento e processar-se-á independentemente de ato.

§ 2º - Quando depender de ato da Administração, se a substituição for indispensável, o substituto será designado por ato do Prefeito ou do titular da Secretaria, conforme o caso.

§ 3º - O substituto fará jus à remuneração pelo exercício do cargo em comissão ou função de direção ou chefia, paga na proporção dos dias da efetiva substituição.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§ 4º - A substituição remunerada dependerá de ato da autoridade competente para designar, exceto nos casos de substituição previstos em Lei ou regulamento.

§ 5º - Quando se tratar de detentor de cargo em comissão ou função gratificada, o substituto fará jus somente à diferença da remuneração.

### TÍTULO III

#### Do Sistema da Carreira

**Art. 55** – A carreira consolidar-se-á sob a forma de progressão, promoção e ascensão funcional.

#### CAPÍTULO I Da Progressão Funcional

**Art. 56** – A progressão funcional dar-se-á pela passagem de uma referência de vencimento para outra imediatamente superior, na mesma classe, a requerimento do servidor, sempre que completar aniversário de sua posse, condicionada, entretanto, no nível de produtividade e aperfeiçoamento de concorrente, que será medido através da avaliação de desempenho, a ser regulamentada por Lei.

#### CAPÍTULO II Da Promoção

**Art. 57** – A promoção funcional é a passagem para nível imediatamente superior da categoria funcional em que se encontra e se dará da dependência de existir vaga.

**Parágrafo Único** – Somente poderá ser promovido o servidor que tenha dois anos de efetivo exercício no cargo.

#### CAPÍTULO III Da Ascensão Funcional

**Art. 58** – A ascensão funcional ocorrerá quando o servidor alcançar a última referência da última classe do seu cargo, observado um interstício mínimo de permanência nessa referência de 02 (dois) anos, condicionada, entretanto, a existência de vaga na classe inicial de outro cargo, na linha definida de carreira.

**Parágrafo Único** – Para o efeito deste artigo, além da existência de vaga o servidor se obriga a comprovação de sua qualificação e ser submetido a um processo seletivo de provas ou de títulos.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

## **CAPÍTULO IV**

### **Da Transferência**

**Art. 59** – Transferência é a movimentação do servidor estável, de um cargo efetivo de carreira para outro de igual denominação ou de denominação diversa, para o mesmo ou para o quadro de pessoal diverso.

§ 1º - A transferência para cargo de denominação diversa dependerá de habilitação do servidor em concurso público e da satisfação de exigência do grau de escolaridade para o exercício do novo cargo.

§ 2º - Na transferência para cargo de igual denominação, de quadro de pessoal diverso, não haverá alteração de classe nem de vencimento.

§ 3º - Será permitida a transferência de ocupante de cargo pertencente a quadro em extinção, para quadro de outra entidade, observado o disposto nos parágrafos anteriores.

**Art. 60** – A transferência para cargo de igual denominação de quadro de pessoal diverso, poderá ocorrer “ex-officio” ou a pedido do servidor, observado o interesse do serviço e dependerá, em qualquer hipótese, da existência de vaga.

## **TÍTULO IV**

### **Dos Direitos e Vantagens**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Dos Direitos**

##### **Seção I**

#### **Do Vencimento e da Remuneração**

**Art. 61** – Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, conforme símbolos, padrões e referências com valores fixado em Lei.

**Art. 62** – Remuneração é o vencimento do cargo de carreira acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecido em Lei.

§ 1º - O vencimento dos cargos públicos é irredutível.

§ 2º - É assegurada a isonomia de vencimento para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

**Art. 63** – Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, como remuneração, importância superior aos valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito Municipal.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Parágrafo Único** – Excluem-se dos limites fixados neste artigo o abono-família, gratificação natalina, adicional de férias, gratificação por tempo de serviço e as parcelas de caráter indenizatório.

**Art. 64** – O vencimento atribuído ao cargo de carreira não pode ser inferior ao salário mínimo.

§ 1º - O pagamento da remuneração dar-se-á até o dia 05 (cinco) do mês subsequente.

§ 2º - O não pagamento até a data prevista no parágrafo anterior, implicará na correção do seu valor, aplicando-se os índices oficiais de correção diária, a partir do dia seguinte ao do vencimento até a data do efetivo pagamento.

§ 3º - O montante da correção será pago juntamente com o vencimento do mês subsequente, corrigido o seu total até o último dia do mês pelos mesmos índices do parágrafo anterior.

**Art. 65** – O servidor perderá:

I – a remuneração dos dias que faltar ao serviço;

II – a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60(sessenta) minutos.

**Art. 66** – Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

§ 1º - Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição dos custos, na forma definida em regulamento.

§ 2º - Independente do parcelamento previsto nesta lei, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar em processo disciplinar para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

**Art. 67** – As reposições e indenizações ao Erário Municipal serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

**Art. 68** – O servidor em débito com o Erário Municipal que for demitido, exonerado ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60(sessenta) dias para quitá-lo.

**Parágrafo Único** – A não quitação do débito no prazo previsto implicará na sua inscrição em dívida ativa.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 69** – O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de homologação ou decisão judicial.

**Art. 70** – Lei específica assegurará a isonomia de remuneração para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder entre os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

## Seção II Das Férias

~~**Art. 71** – O servidor fará jus, anualmente, a 30(trinta) dias consecutivos de férias, que podem ser acumulados até o máximo de 02 (dois) períodos, no caso de necessidade do serviço atestada pelo chefe imediato, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.~~

~~§ 1º – Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12(doze) meses de exercício.~~

~~§ 2º – É vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.~~

~~§ 3º – Poderá a Administração Municipal conceder férias coletivas, desde que os servidores essenciais sejam mantidos em funcionamento.~~

~~**Art. 71** – O servidor fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que serão concedidas por ato do Prefeito Municipal, ou da autoridade a quem for delegada competência, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 017, de 03.07.1996.**~~

**Art. 71** – O Servidor fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que serão concedidas por ato do Prefeito Municipal, ou da autoridade a quem for delegada competência, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito, cujo valor deverá ser pago até o máximo de 02 (dois) dias antes do início do respectivo período, sendo que o empregado dará quitação do pagamento, com a indicação no documento do início e término do período de férias. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 051, de 20.12.1999.**<sup>3</sup>

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 017, de 03.07.1996.**

§ 2º - É vedado levar à conta de férias, qualquer falta ao serviço. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 017, de 03.07.1996.**

§ 3º - Poderá a Administração Municipal conceder férias coletivas desde que os servidores essenciais sejam mantidos em atividade. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 017, de 03.07.1996.**

<sup>3</sup> Em vigor a partir de Janeiro/2000.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§ 4º - Sempre que as férias forem concedidas após o decurso de 12 (doze) meses depois de completado o período aquisitivo, a respectiva remuneração será paga em dobro. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 017, de 03.07.1996.**

**Art. 72** – O servidor que opera direta e permanentemente com raios X e substâncias radioativas, gozará obrigatoriamente 20(vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

**Art. 73** – As férias somente poderão ser interrompidas por motivos de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral por motivo superior de interesse público.

**Art. 74** – É facultado ao servidor, converter 1/3(um terço) das férias em abono pecuniário, desde que o requeira com pelo menos 30(trinta) dias de antecedência.

§ 1º - Independente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3(um terço) da remuneração correspondente ao período de férias.

§ 2º - No caso de servidor exercer função de gratificação ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata o parágrafo anterior.

**Seção III**  
**Das Licenças e Afastamentos**  
**Subseção I**  
**Das Disposições Gerais**

**Art. 75** – Conceder-se-á licença:

- I – para tratamento de saúde;
- II – por motivo de doença em pessoa da família;
- III – a gestante;
- IV – paternidade;
- V – para prestação de serviço militar;
- VI – por motivo de acompanhamento do cônjuge ou companheiro;
- VII – para atividade política;
- IX – para tratamento de interesse particular;
- X – para o exercício de mandato classista;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**XI** – para qualificação profissional.

§ 1º - O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24(vinte e quatro) meses, salvo os casos dos incisos V, VI, VII e X.

§ 2º - A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie, será considerada como prorrogação.

**Art. 76** – Terminada a licença, o servidor reassumirá o exercício, salvo nos casos de prorrogação.

**Parágrafo Único** – O pedido de prorrogação será apresentado antes de findo o prazo de licença. Se indeferido contar-se-á como licença, sem vencimento, o período compreendido entre a data de seu término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

**Art. 77** – A licença médica é concedida pelo prazo indicado no laudo médico.

§ 1º - 02 (dois) dias antes de terminado o prazo, haverá nova inspeção e o laudo médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença, pela aposentadoria ou pela readaptação.

§ 2º - Se o servidor se apresentar a nova inspeção após a época prevista no parágrafo anterior, caso não se justifique a prorrogação, serão considerados como faltas os dias de ausência ao serviço.

**Art. 78** – O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como licença, desde que não fique caracterizada a simulação.

**Art. 79** – Quando se verificar, como resultado de inspeção médica pelo órgão competente do Município, ou a quem este indicar, redução de capacidade física do servidor ou estado de saúde que impossibilite o exercício das funções inerentes ao seu cargo, e desde que não se configure a necessidade de aposentadoria, nem de licença para o tratamento de saúde, poderá o servidor ser readaptado.

§ 1º - Na hipótese deste artigo, o servidor submeter-se-á, obrigatoriamente, a inspeção médica, no término do prazo fixado para a readaptação.

§ 2º - Readquirida a capacidade física, o servidor retornará as atividades próprias de seu cargo.

§ 3º - Por ato do Prefeito, o servidor poderá ser readaptado definitivamente, desde que recomendada esta providência através da inspeção médica especializada.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Subseção II**  
**Da Licença para o Tratamento de Saúde**

**Art. 80** – A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor por inspeção médica, realizada pelo órgão próprio do Município ou na sua falta, quem este indicar.<sup>4</sup>

§ 1º - Incumbe a chefia imediata facilitar a apresentação do servidor a inspeção médica, sempre que este solicitar.

§ 2º - Caso o servidor esteja ausente do Município e absolutamente impossibilitado de locomover-se por motivo de saúde, poderá ser admitido laudo médico particular circunstanciado, desde que o prazo de licença proposto não ultrapasse 30(trinta) dias.

§ 3º - Caso a licença proposta ultrapasse o prazo estipulado no parágrafo anterior, somente serão aceitos laudos firmados por órgão médico oficial do local onde se encontra o servidor.

§ 4º - Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, o laudo somente poderá ser aceito depois de homologado pelo órgão próprio de inspeção médica do Município.

§ 5º - Caso não se justifique a licença serão considerados como de licença sem vencimento os dias de ausência ao serviço.

**Art. 81** – A licença superior a 90 (noventa) dias dependerá de inspeção realizada por junta médica.

**Art. 82** – O servidor não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, por proposta da junta médica, poderá ser prorrogado.

**Parágrafo Único** – Expirado o prazo deste artigo, o servidor será submetido a nova inspeção médica e aposentado, se julgado definitivamente inválido para o serviço público em geral e não puder ser readaptado.

**Art. 83** – Nos processamentos das licenças para tratamento de saúde, será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.

**Art. 84** – No curso da licença para tratamento de saúde, o servidor abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença, com perda total do vencimento, desde o início destas atividades e até que reassuma o cargo.

**Parágrafo Único** – o período compreendido entre a interrupção da licença e a reassunção será considerado como licença sem vencimento.

<sup>4</sup> Destaque –se que com a implantação do SERRAPREV, o município passou a dispor de perícia própria.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 85** – O servidor não poderá recusar-se a inspeção médica, sob pena de suspensão do pagamento do vencimento, até que se realize a inspeção.

**Art. 86** – Considerado apto em inspeção médica, o servidor reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como falta os dias de ausência.

**Art. 87** – No curso da licença, poderá o servidor requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

~~**Art. 88** – Será sempre integral o vencimento e respectivas vantagens do servidor licenciado para tratamento de saúde.~~

**Art. 88** – Será sempre integral o vencimento e respectivas vantagens do servidor licenciado para tratamento de saúde, sendo que após ao 15º (décimo quinto) dia, a responsabilidade pelo pagamento passará a ser do Fundo de Aposentadorias e Pensões (FAPEN). **Redação dada pela Lei Complementar nº 035, de 01/04/98.**

**Art. 89** – Em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional, será mantido integralmente durante a licença, o vencimento do servidor, correndo ainda por conta do Município despesas com o tratamento médico e hospitalar do servidor que será realizado, sempre que possível, em estabelecimento oficial de assistência médica.

**§ 1º** - Considera-se acidente de trabalho todo aquele que se verifique pelo exercício das atribuições do cargo, provocando, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação emocional ou doença que ocasione a morte, a perda parcial ou total, permanente ou temporária da capacidade física ou mental para o trabalho.

**§ 2º** - Equipara-se ao acidente no trabalho a agressão, quando não provocada, sofrida pelo servidor no serviço ou em razão dele e, a ocorrida no deslocamento para o exercício ou deste para sua residência.

**§ 3º** - Por doença profissional entende-se a que se atribui, como relação de efeito e causa, as condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos.

**§ 4º** - Nos casos previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o laudo resultante da inspeção realizada pela junta médica oficial, deverá estabelecer, rigorosamente, a caracterização do acidente no trabalho e da doença profissional.

### **Subseção III** **Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**

**Art. 90** – Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo, ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§ 1º - A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social.

§ 2º - A licença será concedida sem prejuízo de remuneração do cargo de carreira até 60 (sessenta) dias ao ano, podendo ser prorrogada por até 30(trinta) dias, mediante parecer de perícia médica e excedendo estes prazos, sem remuneração.

**Subseção IV**  
**Da Licença a Gestantes e Adotantes**

**Art. 91** – A servidora gestante terá direito, mediante laudo médico, ao aproveitamento em função compatível com seu estado, a contar do 5º(quinto) mês de gestação, sem prejuízo do direito a licença prevista neste artigo.

**Art. 92** – A servidora gestante será concedida licença com vencimento integral, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º - A licença poderá ser concedida a partir do início do 8º(oitavo) mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.

§ 2º - No caso de parto anterior a concessão, o prazo será contado a partir deste evento.

§ 3º - No caso de natimorto, decorridos 30(trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º - No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30(trinta) dias de repouso remunerado.

§ 5º - Quando a saúde do recém-nascido exigir assistência especial será concedida à servidora, pelo prazo necessário e mediante laudo, licença por motivo de doença em pessoa da família, obedecido o art.89 desta lei.

**Art. 93** – Para amamentar o próprio filho, até a idade de 06(seis) meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a 01(uma) hora de descanso, que poderá ser parcelada em 02(dois) períodos de 30 (trinta) minutos.

**Art. 94** – O servidor que adotar criança até 01(um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada.

**Parágrafo Único** – No caso de adoção de criança com mais de 01 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Subseção V**  
**Da Licença Paternidade**

**Art. 95** – Ao servidor varão será concedida paternidade de 07(sete) dias contada da data do parto ou, no caso de adoção, contada até o 7º (sétimo) dia da adoção.

**Subseção VI**  
**Da Licença para o Serviço Militar Obrigatório**

**Art. 96** – Ao servidor convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional, será concedida licença com vencimento integral.

§ 1º - A licença será concedida a vista do documento oficial que prova a incorporação.

§ 2º - Do vencimento descontar-se-á a importância que o servidor perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar, que implicarão na perda do vencimento.

§ 3º - Ao servidor desincorporado conceder-se-á prazo não excedente a 30(trinta) dias para reassumir o exercício do cargo, sem perda do vencimento.

**Art. 97** – Ao servidor oficial da reserva das Forças Armadas será concedida a licença com vencimento integral, durante os estágios de serviço militar obrigatório não remunerado, previstos pelos regulamentos militares.

**Parágrafo Único** – No caso de estágio remunerado, fica-lhe assegurado o direito de opção.

**Subseção VII**  
**Da Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro**

**Art. 98** – Poderá ser concedida a licença sem vencimento ao servidor para acompanhar o cônjuge ou companheiro servidor público estadual ou federal que for deslocado para outro ponto do território nacional, ou para o exercício de mandato eletivo Municipal, Estadual ou Federal.

**Parágrafo Único** – A licença prevista neste artigo será por prazo indeterminado, dependendo de pedido instruído, que deverá ser renovado de 02 (dois) em 02 (dois) anos.

**Art. 99** – Finda a causa da licença, o servidor deverá reassumir o exercício dentro de 30(trinta) dias, a partir dos quais a sua ausência será computada como falta ao serviço.

**Art. 100** – O servidor poderá reassumir o exercício do seu cargo a qualquer tempo, embora não esteja finda a causa da licença, não podendo, neste caso renovar o pedido exceto decorrido o prazo previsto no parágrafo único do art. 98.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

### Subseção VIII Da Licença para Atividade Política

**Art. 101** – O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência, ou desempenha atividade referentes a arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 15º(décimo quinto) dia seguinte ao pleito ou conforme dispuser Lei específica.

§ 2º - A partir do registro da candidatura e até o 15º(décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

### Subseção IX Da Licença-Prêmio por assiduidade

**Art. 102** – Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03(três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença.

§ 1º - Em caso de interrupção do período aquisitivo, por qualquer razão, a contagem do novo quinquênio começará no dia em que o servidor reassumir o exercício.

§ 2º - A licença prêmio não pode ser transformada em pecúnia.

§ 3 - O Departamento de Apoio Administrativo e Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração e Controle Interno, deverá notificar todo o servidor que faça jus a Licença Prêmio por Assiduidade sobre o direito adquirido, para que o mesmo requeira este benefício para gozá-lo ou para efeito de aposentadoria ou disponibilidade. **Incluído pela Lei Complementar n.º 133, de 08.05.2008.**

§ 4 - O servidor terá 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação para requerer seu benefício. **Incluído pela Lei Complementar n.º 133, de 08.05.2008.**

**Art. 103** – Não se concederá licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo:

I – sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II – afastar-se o cargo em virtude de:

a) licença para tratamento em pessoa da família por tempo superior a 90(noventa) dias;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

- b) licença para tratar de interesse particular;
- c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
- d) licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro.

III – da concessão de sua licença, a mesma, venha a prejudicar o desempenho do serviço público.

§ 1º - As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 01(um) mês para cada 03(três) faltas.

§ 2º - É facultado ao servidor fracionar a licença em até 03(três) parcelas, desde que defina previamente os meses para gozo da licença.

**Art. 104** – Para possibilitar o controle das concessões de licenças, o órgão de lotação deverá proceder anualmente a escala dos servidores a fim de garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários ao pagamento e de forma a não ocasionar prejuízos ao serviço público.

**Parágrafo Único** – O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3(um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

**Art. 105** – Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, será contada em dobro o tempo de licença-prêmio que o servidor não tiver gozado.

### **Subseção X**

#### **Da Licença para Tratar de Interesse Particular**

**Art. 106** – A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02(dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º - Não se concederá nova licença antes de decorridos 02(dois) anos do término da anterior.

§ 3º - Não se concederá licença a servidor nomeado, removido, redistribuído, ou transferido, antes de completar 02(dois) anos de exercício.

**Art. 107** – Ao ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, não se concederá, nesta qualidade, licença para tratar de interesse particular.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

### Subseção XI Da licença para o Desempenho de Mandato Classista

~~**Art. 108** — É assegurado ao servidor efetivo o direito a licença para o desempenho de mandato de cargo de diretoria em confederação, federação, associação de classe ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens do cargo efetivo, obedecidas as prerrogativas do inciso X. art. 75 desta Lei.~~

~~Art. 108 — É assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito federal, estadual ou municipal, sindicato representativo de categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, conforme disposto no inciso X do artigo 75, da presente Lei Complementar. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 062, de 22.01.2001. Revogado pela Lei Complementar n.º 079, de 21.02.2003.**~~

**Art. 108** – É assegurado ao servidor efetivo o direito a licença para o desempenho de mandato de cargo de diretoria em confederação, federação, associação de classe ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens do cargo efetivo, obedecidas as prerrogativas do inciso X. art. 75 desta Lei. **Repristinado pela Lei Complementar n.º 079, de 21.02.2003.**

§ 1º - Somente poderão ser licenciados 01(um) servidor por entidade, prevalecendo os que ocuparem os cargos hierarquicamente superiores.

§ 2º - A licença terá duração igual ao do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição e por uma única vez.

### Subseção XII Da Licença para Qualificação Profissional

~~**Art. 109** — A licença para qualificação profissional dar-se-á com prévia autorização do prefeito e consiste no afastamento do servidor de suas funções, sem prejuízo dos seus vencimentos, assegurada a sua efetividade para todos os efeitos de carreira.~~

**Art. 109** – A licença para qualificação profissional dar-se-á com prévia autorização do prefeito, no âmbito do Poder Executivo, e do Presidente da Câmara Municipal, no âmbito do Poder Legislativo e consiste no afastamento do servidor de suas funções, sem prejuízo dos seus vencimentos, assegurada a sua efetividade para todos os efeitos de carreira. **Redação dada pela Lei Complementar 085, de 002.03.2002 de Março de 2004.**

**Art. 110** – Para concessão da licença terão preferência os servidores que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – cursos superior que não tenha curso igual ou congênere em funcionamento no Município;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

II – experiência de no mínimo 05(cinco) anos de magistério público municipal;

III – curso correlacionado com a área de atuação.

**Art. 111** – Quando o curso for realizado próximo ao serviço ou local acessível, poderá ser concedida simples dispensa do expediente durante o horário de realização do curso, permitida a compensação de carga horária, desde que não ultrapasse a jornada semanal prevista em lei.

**Parágrafo Único** – A dispensa de que trata este artigo deverá ser obrigatoriamente comprovada mediante frequência regular do curso.

**Art. 112** – O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

- a) para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- b) nos casos previstos em lei específica.

#### **Seção IV** **Das concessões**

**Art. 113** – Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I – por um dia, para doação de sangue;

II – até um dia, para se alistar como eleitor;

III – até 05(cinco) dias por motivo de:

- a) casamento;
- b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados e irmãos;

IV – durante o período em que estiver servindo ao Tribunal do Júri.

V – para servir a outro órgão ou entidade. **Incluído pela Lei Complementar nº 061, 22.01.2001.**

§ 1º – O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, nas seguintes hipóteses: **Incluído pela Lei Complementar nº 061, 22.01.2001.**

I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; **Incluído pela Lei Complementar nº 061, 22.01.2001.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

II – para exercício de cargo de provimento efetivo. **Incluído pela Lei Complementar nº 061, 22.01.2001.**

§ 2º - O ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária. **Incluído pela Lei Complementar nº 061, 22.01.2001.**

§ 3º - A cessão far-se-á mediante portaria. **Incluído pela Lei Complementar nº 061, 22.01.2001.**

§ 4º - Cabe ao órgão ou entidade requerer a cessão do servidor, a qual será deferida à critério do cessionário. **Incluído pela Lei Complementar nº 061, 22.01.2001.**

§ 5º - A cessão de servidor será considerada para todos os efeitos como efetivo exercício no serviço público municipal. **Incluído pela Lei Complementar nº 061, 22.01.2001.**

**Art. 114** – Será concedido horário especial a estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

**Parágrafo Único** – Para efeito do disposto neste artigo, poder-se-á exigir a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

**Art. 115** – Ao servidor licenciado para tratamento de saúde, que necessite ser deslocado do Município para outro ponto do território nacional, para fins de internamento ou exame específico, por determinação médica, poderá ser concedido transporte à conta dos cofres municipais, inclusive para um acompanhante.

### **Seção V** **Do Tempo de Serviço**

**Art. 116** – A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.

**Parágrafo Único** – Na contagem do tempo de serviço para efeito de aposentadoria e disponibilidade, uma vez feita a conversão, a fração superior a 182(cento e oitenta e dois) dias será considerada um ano.

**Art. 117** – Os dias de efetivo exercício serão apurados a vista de documentação própria que comprove a frequência.

**Art. 118** – Admitir-se-á como documentação própria comprobatória do tempo de serviço:

I – certidão circunstanciada, firmada por autoridade competente, contendo todos os eventos registrados nos assentamentos funcionais do interessado, período por período;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

por motivo de:

**II** – certidão de frequência;

**III** – justificação judicial, nos casos de impossibilidade de outros meios de provas, desde que presente o procurador do Município;

**Art. 119** – Será considerado como de efetivo exercício o afastamento

**I** – férias;

**II** – casamento e luto, até 05(cinco) dias;

**III** – exercício de outro cargo ou função de governo de provimento em comissão ou em substituição, no serviço público municipal, estadual, inclusive autarquias e ou federal, fundações públicas, desde que autorizados pelo prefeito, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens;

**IV** – licença-prêmio por assiduidade;

**V** – licença gestante e à adotante;

**VI** – licença paternidade;

**VII** – licença para tratamento de saúde;

**VIII** – licença por motivo de doença em pessoa da família, desde que não excedam 90(noventa) dias;

**IX** – acidente em serviço ou doença profissional;

**X** – doença de notificação compulsória;

**XI** – missão oficial;

**XII** – estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional, desde que no interesse da Administração e não ultrapasse 12(doze) meses;

**XIII** – prestação de provas ou exame em curso regular ou em concurso público;

**XIV** – recolhimento a prisão se absolvido no final;

**XV** – suspensão preventiva, se absolvido no final;

**XVI** – convocação para o serviço militar ou encargo de segurança nacional, serviço eleitoral, juri e outros serviços obrigatórios por lei;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**XVII** – trânsito para ter exercício em nova unidade de trabalho desde que fora da sede do Município;

**XVIII** – faltas por motivo de doença comprovada, inclusive em pessoa da família, até o máximo de 03(três) durante o mês;

**XIX** – candidatura a cargo eletivo, durante o lapso de tempo entre o registro eleitoral e até o 15º (décimo quinto) dia após a eleição;

**XX** – mandato legislativo ou executivo, federal ou estadual;

**XXI** – mandato de prefeito ou vice-prefeito;

**XXII** – mandato classista;

**XXIII** – mandato de Vereador, quando não existir compatibilidade de horário entre o seu exercício e o cargo público.

**Art. 120** – Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

**I** – o tempo de serviço público prestado a União, Estados e outros Municípios;

**II** – a licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, até 90(noventa) dias;

**III** – a licença para atividade política, no caso do art. 101, “caput”;

**IV** – o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, anterior ao ingresso no serviço público municipal;

**V** – o tempo de serviço em atividade privada, vinculado a previdência social, devidamente observado em certidão oficial;

**VI** – em dobro o tempo de licença-prêmio não gozada;

**VII** – o tempo de serviço militar prestado as Forças Armadas, durante a paz, computando-se em dobro o tempo de operações de guerra.

**§ 1º** - O tempo em que o servidor esteve aposentado ou em disponibilidade será apenas contado para nova aposentadoria ou disponibilidade.

**§ 2º** - É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

### Seção VII

**Art. 121** – O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos 70(setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

- a) aos 35(trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30(trinta) anos, se mulher, com proventos integrais;
- b) aos 30(trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25(vinte e cinco) anos, se professora, com proventos integrais;
- c) aos 30(trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25(vinte e cinco) anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
- d) aos 65(sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60(sessenta) anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

**§ 1º** - Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado do mal de paget (osteíte deformante, síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS)), e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

**§ 2º** - No caso de exercício de atividade considerada penosa, insalubre ou perigosa, o tempo para aposentadoria de que trata o inciso III, “a” e “c” poderá ser reduzido observando-se o disposto em lei específica.

**Art. 122** – A aposentadoria compulsória é automática e será declarada por ato com vigência na data em que o servidor atingir a idade limite.

**Art. 123** – A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§ 1º - A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24(vinte e quatro) meses.

§ 2º - Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 3º - O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato da aposentadoria será considerado como de prorrogação de licença.

**Art. 124** – Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modifique a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos ao servidor em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

**Art. 125** – Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina, na forma prevista nesta lei.

#### **Seção VII** **Da Previdência e da Assistência<sup>5</sup>**

**Art. 126** – Os servidores municipais contribuirão para o custeio, em seu benefício, de sistema próprio de previdência, na forma prevista em lei.

#### **Seção VIII** **Da Pensão Especial**

**Art. 127** – Aos dependentes de servidor falecido em consequência de acidente em serviço ou em virtude de doença em razão dela adquirida, é assegurada pensão mensal equivalente ao vencimento, mais vantagens percebidas em caráter permanente, por ocasião do óbito.

§ 1º - a comprovação do falecimento por doença adquirida em serviço, será apurada por junta médica, que se valerá, se necessário, de perícia.

§ 2º - A comprovação de falecimento por acidente em trabalho, será apurada mediante processo administrativo.

**Art. 128** – A pensão será devidamente atualizada, na mesma forma e data, sempre que se modifique a remuneração do pessoal em atividade.

**Art. 129** – O disposto nesta seção aplica-se, também, aos beneficiários do inativo quando o evento morte for consequência direta de acidente em serviço ou doença profissional.

<sup>5</sup> O município instituiu Regime Próprio de Previdência conforme Lei Municipal Complementar n.º 153, de 2011.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 130** – Ao ocupante de cargo em comissão que, no exercício deste, for acometido de doença profissional grave, contagiosa ou incurável, quando não possuir direito a aposentadoria, seja paga pelo Município ou pelo órgão de previdência social, será concedida uma pensão equivalente ao vencimento mais vantagens do cargo, uma vez comprovada a invalidez por junta médica especial.

**Parágrafo Único** – O retorno do pensionista a qualquer atividade remunerada, seja na área pública ou privada, importará na suspensão automática do pagamento do benefício.

**Art. 131** – As pensões distinguem-se, quanto a natureza, em vitalícias e temporárias.

**§ 1º** - A pensão vitalícia é composta de cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

**§ 2º** - A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.

**Art. 132** – São beneficiários das pensões:

**I** – Vitalícia:

- a) o cônjuge;
- b) a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia;
- c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar;
- d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor;
- e) a pessoa designada, maior de 60(sessenta) anos e a pessoa portadora de deficiência, que vivam sob a dependência econômica do servidor.

**II** – temporária:

- a) os filhos, ou enteados, até 21(vinte e um) anos de idade ou se inválidos, enquanto durar a invalidez;
- b) o menor sob guarda ou tutela até 21(vinte e um) anos de idade;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

- c) o irmão órfão, até 21(vinte e um) anos e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor;
- d) a pessoa designada que viva na dependência econômica do servidor, até 21(vinte e um) anos, ou se inválida, enquanto durar a invalidez.

**§ 1º** - A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas “a” e “c” do inciso I deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas “d” e “e” .

**§ 2º** - A concessão da pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso II deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários nas alíneas “c” e “d”.

**Art. 133** – Ocorrendo habilitação de vários titulares a pensão por morte, o seu valor será distribuído em partes iguais, entre os beneficiários habilitados.

**Art. 134** – Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que impliquem exclusão de beneficiários ou redução de pensão, só produzirá efeitos a partir da data em que foi oferecida.

**Art. 135** – Não faz jús a pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que resultou a morte do servidor.

**Art. 136** – Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

- I – declaração de ausência, pelas autoridades judiciária competente;
- II – desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;
- III – desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo em missão de segurança.

**Parágrafo Único** – A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária , conforme o caso, decorridos 05(cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento automaticamente cancelado.

**Art. 137** – Acarretará perda da qualidade de beneficiário:

- I – o seu falecimento;
- II – a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão do cônjuge;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

III – cessação da invalidez em se tratando de beneficiário inválido;

IV – a maioria de filho, irmão, órfão ou pessoa designada aos 21 (vinte e um) anos de idade;

V – renúncia expressa.

**Art. 138** – Por morte ou perda de qualidade de beneficiário a pensão reverterá:

I – da pensão vitalícia para os remanescentes desta ou para os titulares da pensão temporária;

II – da pensão temporária, para os co-beneficiários ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

**Art. 139** – A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo somente as prestações exigíveis há mais de 05(cinco) anos.

**Art. 140** – Ressalvado o direito de opção e vedada a percepção cumulativa da pensão, salvo a hipótese de 02(duas) pensões originárias de cargos ou empregos públicos legitimamente acumuláveis.

### **Seção IX** **Do Direito da Petição**

**Art. 141** – É assegurado ao servidor o direito de petição, em sua plenitude, assim como o de representar.

§ 1º - O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidir ou se for o caso, encaminhado por intermédio daquela à que estiver imediatamente subordinado o requerente.

§ 2º - Cabe pedido de reconsideração, à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 3º - O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os parágrafos anteriores, salvo os casos que necessitem de diligências ou estudos especiais, deverão ser despachados no prazo de 05(cinco) dias e decididos em 30(trinta) dias.

**Art. 142** – Caberá recurso:

I – do indeferimento do pedido da reconsideração;

II – das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos;

§ 1º - O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**§ 2º** - O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

**Art. 143** – O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30(trinta) dias, a contar da publicação ou ciência, pelo interessado, de decisão recorrida.

**Art. 144** – O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo do Prefeito Municipal.

**Parágrafo Único** – Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou de recurso, os efeitos da decisão retroagirão a data do ato impugnado.

**Art. 145** – A representação será apreciada sempre pelo Prefeito Municipal.

**Art. 146** – O direito de petição prescreve:

I – em 05(cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e crédito resultante das relações de trabalho;

II – em 120(cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

**Parágrafo Único** – O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

**Art. 147** – O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

**Parágrafo Único** – Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a ser contado, pelo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

**Art. 148** – A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

**Art. 149** – Para o exercício do direito de petição é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.

**Art. 150** – A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

**Art. 151** – São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo motivo de força maior.



## **CAPÍTULO II** **Das Vantagens**

**Art. 152** – Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I – indenização;
- II – auxílios pecuniários;
- III – gratificação e adicionais.

§ 1º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao vencimento ou provento, para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados nesta lei.

**Art. 153** – As vantagens pecuniárias não serão computadas e nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

### **Seção I** **Das Indenizações**

**Art. 154** – Constituem indenizações ao servidor:

- I – ajuda de custo;
- II – diárias;
- III – transporte.

### **Subseção I** **Da Ajuda de Custo**

**Art. 155** – A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas do servidor que, no interesse do serviço, for deslocado do Município, por prazo certo.

**Art. 156** – Não será concedida ajuda de custos ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

§ 1º – considera-se, igualmente, ajuda de custo o valor destinado ao servidor que se desloca, em razão de sua atividade, para aldeias indígenas, distantes do perímetro urbano, mas pertencentes ao Município; **Incluído pela Lei Complementar n.º 124, de 09.11.2007.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§ 2º - as localidades a que se refere o § 1º do presente artigo, bem como o valor a ser destinado para o servidor serão definidos através de Decreto Municipal; **Incluído pela Lei Complementar n.º 124, de 09.11.2007.**

§ 3º - Para fixar o valor a ser recebido pelo servidor, o Decreto Municipal deve levar em consideração o tempo de permanência no local e a média dos eventuais gastos, obedecendo-se ao princípio da razoabilidade. **Incluído pela Lei Complementar n.º 124, de 09.11.2007.**

**Art. 157** – A ajuda de custo ao servidor, não pode exceder a importância correspondente a 03 (três) meses de seu vencimento base.

**Art. 158** – Nos casos de afastamento para prestar serviços em outro órgão ou entidade, a ajuda de custo será paga pelo cessionário.

**Art. 159** – Não será devida ajuda de custo, quando se tratar de mudança de sede ou domicílio, a pedido do servidor.

**Art. 160** – O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo, quando, injustificadamente, não se apresentar para as funções, ou ainda, pedir exoneração antes de completar 90 (noventa) dias de exercício para onde foi designado.

**Parágrafo Único** – Não haverá obrigação de restituir, no caso de exoneração “ex-offício”, ou quando o retorno for determinado pela Administração.

### Subseção II Das Diárias

**Art. 161** – O servidor que, a serviço, tiver de afastar da sede, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território do Estado ou do País, fará jus a passagem e diárias, para cobrir as despesas de pousada e alimentação.

§ 1º - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

§ 2º - Não poderão ser pagas mais de 15(quinze) diárias no mês, por servidor.

~~§ 3º – O valor das diárias será definido mensalmente por Decreto Municipal, observados valores diversos para cargos e níveis salariais, não podendo ser inferior a 3/30 do vencimento base dos cargos.~~

§ 3º - O valor das diárias será definido por Decreto Municipal, observados valores diversos para cargos e níveis salariais, não podendo ser inferior a 3/30 do vencimento base dos cargos. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 097, de 09.11.2005.**

**Art. 162** – O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, ficará obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 05(cinco) dias.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Parágrafo Único** – Nas hipóteses de o servidor retornar a sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, em igual prazo referido no “caput” deste artigo.

**Subseção III**  
**Do Transporte**

**Art. 163** – Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força de atribuição própria do cargo, conforme regulamento.

**§ 1º** - Somente fará jús a indenização de transporte, pelo seu valor integral, o servidor que, no mês, haja efetivamente realizado serviços externos durante, pelo menos, 20(vinte) dias.

**§ 2º** - Se o número de dias em serviço externo for inferior ao previsto no parágrafo anterior, a indenização será devida na proporção de 1/20(um vinte avos) por dia de realização de serviço.

**Seção II**  
**Dos Auxílios Pecuniários**

**Art. 164** – Serão concedidos ao servidor ou a sua família os seguintes auxílios pecuniários:

I – auxílio-transporte;

II – abono-família.

**Subseção I**  
**Do Auxílio-Transporte**

**Art. 165** – O auxílio-transporte será devido ao servidor ativo nos deslocamentos da residência para o trabalho e do trabalho para a residência, na forma estabelecida em regulamento e, exclusivamente, em transporte coletivo.

**Subseção II**  
**Do Abono-Família**

**Art. 166** – O abono-família é devido por dependente do servidor ativo ou inativo, que viva em sua companhia ou às suas expensas.

**§ 1º** - São dependentes do servidor, para efeito deste artigo:

I – o cônjuge, se inválido;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

II – os filhos de qualquer condição, inclusive os adotivos ou os enteados, menores de 14(quatorze) anos ou, de qualquer idade, se inválido;

III – os ascendentes, se inválidos;

IV – o curatelado por incapacidade civil definitiva;

§ 2º - Para efeito deste artigo, equiparam-se:

I – o pai e a mãe, o padrasto, a madrasta e os representantes legais dos incapazes;

II – ao cônjuge, a companheira e o companheiro inválido:

III – ao filho, menor de 14(quatorze) anos que, mediante autorização judicial, viva sob guarda e sustento do servidor.

§ 3º - Pelo filho inválido, o abono-família será pago em dobro.

**Art. 167** – Quando o pai e a mãe forem servidores o abono-família será concedido:

I – ao pai, se viverem em comum;

II – ao que tiver os dependentes sob sua guarda, se separados;

III – a ambos, de acordo com a distribuição dos dependentes.

**Art. 168** – Em caso de falecimento do servidor, o abono-família será pago diretamente ao responsável ou representante legal do dependente.

**Parágrafo Único** – No caso de o servidor falecido não se haver habilidade ao recebimento do abono-família, este poderá ser concedido e pago aos dependentes, observado o disposto neste artigo.

**Art. 169** – Não será devido o abono-família quando o dependente for contribuinte da Previdência Social, exercer atividade remunerada ou perceber pensão, inclusive alimentícia, ou tiver outro rendimento em importância igual ou superior ao salário mínimo vigente.

**Art. 170** – O abono-família não está sujeito a qualquer imposto, desconto ou contribuição, inclusive para Previdência Social.

**Art. 171** – O valor do abono-família será igual a 5%(cinco por cento) da referência inicial do plano de cargos e salários vigente no Município, devendo ser pago a partir da ata em que for protocolado o requerimento.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

### **Seção III** **Da Gratificação e Adicionais**

**Art. 172** – Além do vencimento e das vantagens previstas nesta lei, serão deferidas aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:

**I** – gratificação pelo exercício de função de direção, chefia, assessoramento ou assistência;

**II** – gratificação natalina;

**III** – adicional por tempo de serviço;

**IV** – adicional pelo exercício de atividades em condições penosas, insalubres ou perigosas;

**V** – adicional pela prestação de serviço extraordinário;

**VI** – adicional de férias;

**VII** – adicional noturno;

**VIII** – adicional de produtividade;

**IX** – adicional de produtividade fiscal;

**X** – adicional de responsabilidade, destinado aos servidores públicos municipais que atuem na função de Pregoeiro, Presidente e Membros de Comissão Permanente de Licitação, bem como aos Advogados ou Procuradores do Município e da Câmara Municipal, que sejam designados pelo Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo, para atuar junto ao Departamento de Licitações e Contratos; **Incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 10.12.2007;**

**XI** – adicional de traslado. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10.04.2008.**

#### **Subseção I** **Da Gratificação pelo Exercício de Função de Direção, Chefia, Assessoramento ou Assistência**

**Art. 173** – Ao servidor investido em função de direção, chefia, assessoramento ou assistência é devida uma gratificação pelo seu exercício.

**Parágrafo Único** – Os percentuais da gratificação serão estabelecidos em lei, mantida a hierarquia dos níveis da organização, decrescente, a partir da remuneração do Prefeito.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 174** – O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município de durante 05(cinco) anos consecutivos ou 10(dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, por ocasião da aposentadoria remuneração do cargo, aos proventos para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte:

I – a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 02(dois) anos;

II – o servidor deverá ter completado pelo menos o tempo de serviço ou a idade necessária para sua aposentadoria voluntária.

§ 1º - Para os fins deste artigo não será considerado o exercício de funções de confiança em outro órgão a nível Federal ou Estadual ou em outros Municípios.

§ 2º - Lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão de que trata o artigo 11, inciso II, inclusive quando exercido por servidor.

### Subseção II Da Gratificação Natalina

**Art. 175** – A gratificação natalina, que equivale ao 13º (décimo terceiro) salário previsto na Constituição Federal, correspondente a 1/12(um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jús no mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano.

**Parágrafo Único** – A fração igual ou superior a 15(quinze) dias será considerada como mês integral.

**Art. 176** – A gratificação será paga até o dia 20(vinte) do mês de dezembro de cada ano.

~~**Parágrafo Único** – Juntamente com a remuneração de junho será pago como adiantamento de gratificação natalina, metade da remuneração ou provento recebido no mês, se requerido até 31 de janeiro do ano.~~

**Parágrafo Único** – Mediante requerimento do Servidor, poderão ser pagos, a partir do mês de fevereiro, como adiantamento de gratificação natalina, percentual relativo à proporcionalidade dos meses trabalhados, sobre a remuneração ou provento recebido no mês. **Redação dada pela Lei Complementar nº 044, de 07/05/99.**

**Art. 177** – O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.

**Art. 178** – A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.



### Subseção III Do Adicional por Tempo de Serviço

~~**Art. 179** O adicional por tempo de serviço é devido ao servidor, na base de 2 % (dois por cento) do vencimento, por ano de efetivo exercício, até o máximo de 50 % (cinquenta por cento), que não ultrapassará os limites fixados na Lei Orgânica do Município.~~

**Art. 179.** O Adicional por tempo de serviço é devido ao servidor, na base de dois por cento do vencimento, por ano de efetivo exercício, até a data em que o servidor protocolar o pedido de aposentadoria, que não ultrapassará os limites fixados na Lei Orgânica do Município. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 147, de 22/12/2009.**<sup>6</sup>

§1º O adicional por tempo de serviço é devido a partir do dia imediato aquele em que o servidor fizer aniversário de sua posse.

§ 2º Quando ocorrer aproveitamento ou reversão, serão considerados os anos anteriormente atingidos, bem como a fração do ano interrompido retomando-se a contagem a partir do novo exercício.

§ 3º O adicional previsto neste artigo é devido, nas mesmas bases e condições, aos aposentados e disponíveis que tenham completado, na atividade, o tempo de serviço necessário a sua percepção.

### Subseção IV Dos Adicionais de Insalubridade, de Penosidade e de Periculosidade

**Art. 180** – Os servidores que trabalham em locais insalubres, em contato permanente com substâncias tóxicas, ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo observando-se os seguintes percentuais que incidam sobre os vencimentos-base:

- I – 20% (vinte por cento) para o grau mínimo;
- II – 30% (trinta por cento) para o grau médio;
- III – 40% (quarenta por cento) para o grau máximo.

**Art. 181** – O servidor que tiver direito a receber mais de um adicional, será concedido o pagamento do maior deles.

**Parágrafo Único** – O direito ao adicional de insalubridade, penosidade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

<sup>6</sup> Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, não gerando nenhum efeito retroativo



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 182** – A servidora gestante ou lactante será afastada enquanto durar a gestação e lactação das operações ou locais previstos nesta lei, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

**Art. 183** – A insalubridade, a periculosidade e a penosidade inerentes às funções exercidas pelos servidores serão fixadas com base nas normas técnicas e regulamentos editados pelo Ministério do Trabalho, para a espécie.

**Parágrafo Único** – O adicional de insalubridade por trabalho em raio X ou substâncias radioativas corresponderá a 1/3(um terço) do vencimento do cargo efetivo e será concedido na forma da legislação pertinente.

**Art. 184** – Os locais de trabalho e os servidores que operem com raio X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

**Parágrafo Único** – Os servidores a que se refere este artigo devem ser submetidos a exames clínicos e laboratoriais periódicos.

**Art. 185** – São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em contato permanente do servidor com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado, de acordo com normas e regulamentos editados pelo Ministério do Trabalho.

**Parágrafo Único** – O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor o recebimento de adicional de periculosidade no percentual de 30%(trinta por cento) calculado sobre seu vencimento-base.

**Art. 186** – São consideradas atividades ou operações penosas, todas aquelas que impliquem em obrigação de remoção de peso superior a 50 (cinquenta) quilos, imposta pela prestação contínua de trabalho do servidor.

**Parágrafo Único** – O trabalho desenvolvido nas condições expostas neste artigo, assegura ao servidor o recebimento de adicional por serviços penosos, no montante de 30%(trinta por cento) de seu vencimento-base.

### **Subseção V** **Do Adicional por Serviço Extraordinário**

**Art. 187** – O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50%(cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho e 100%(cem por cento) quando nos sábados, domingos e feriados e/ou entre 22:00 e 07:00 horas.

**Art. 188** – Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 02(duas) horas por jornada.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 189** – Ao ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, não será devido o adicional previsto no artigo anterior que, também não poderá ser percebido, cumulativamente, com outros previstos em lei ou regulamento.

**Subseção VI**  
**Do Adicional de Férias**

**Art. 190** – Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3(um terço) da remuneração correspondente ao período de férias juntamente com o pagamento do mês.

**Subseção VII**  
**Do Adicional Noturno**

**Art. 191** – O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22(vinte e duas) horas de um dia e 05(cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25%(vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52<sup>''''</sup>(cinquenta e dois minutos) e 30<sup>''</sup>(trinta segundos).

**Parágrafo Único** – Em se tratando de serviço extraordinário o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 183, deste Estatuto.

**Subseção VIII**  
**Do Adicional de Produtividade**

**Art. 192** – O adicional de produtividade será pago ao servidor que no exercício das atribuições do seu cargo efetivo, participar de programa especial de incentivo a produtividade, em área de atividade que, a critério da administração e no interesse do serviço, possa obter melhores resultados de produção, sem aumento do número de servidores, na forma estabelecida em lei.

**Subseção IX**  
**Do Adicional de Produtividade Fiscal**

**Art. 193** – O adicional de produtividade fiscal será devido quando o Município estabelecer e aos ocupantes de cargos de carreira cuja atribuição principal seja fiscalização da arrecadação de tributos, obras e posturas, e, inspeção e vigilância sanitária municipais, e visando a estimular os servidores no exercício dessa atividade, na forma estabelecida em lei.

**Parágrafo Único** – Sobre o adicional de produtividade fiscal não incidirá qualquer outra vantagem, ressalvadas apenas a ajuda de custos e a gratificação natalina.

**Subseção X**  
**Incluída pela Lei Complementar n.º 129, de 10/04/2008.<sup>7</sup>**

<sup>7</sup> Deveria ter sido prevista a inclusão da redação da LC 125, de 2007 que criou o adicional de responsabilidade nesta subseção. As LC 125 e 129 são omissas e não tratam da redação da Subseção X sendo que a LC 125 dá a redação mas, não cria e a LC 129, apenas cria mas, não dá a redação.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Subseção XI**  
**Do Adicional de Translado**

**Art. 193-b** - Terá direito ao adicional de translado os servidores efetivos que ocupam cargos de motorista, operador de máquina, mecânico, lubrificador e borracheiro que exerçam suas funções em equipes de trechos nas ruas e estradas no município, bem como motoristas de transporte escolar, transporte de enfermos, transporte de atletas e de cargas pesadas. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/04/2008.**

§ 1º - Entende-se por equipe de trecho o grupo de servidores (operador de máquina, mecânico, lubrificador, borracheiro motorista de caminhão de carga) que trabalham em conjunto nas frentes de obras de manutenção nas ruas e estradas deste município. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

§ 2º - Os valores do Adicional de Translado serão aplicados da seguinte forma: **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

I – R\$ - 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), para ocupantes de cargos de motorista, que exerçam continuamente as funções de: **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

a – transporte escolar; **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

b – transporte de enfermos; **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

c – transportes de atletas; **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

d – transportes de cargas pesadas. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

II – R\$ - 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), para ocupantes de cargos de operadores de máquinas, que exerçam continuamente as funções de: **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

a – operadores de máquinas pesadas que compõem a equipe de trecho. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

III – R\$ - 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), para ocupantes de cargos de mecânico, que exerçam continuamente as funções de: **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

a – mecânicos de máquinas pesadas, que compõem a equipe de trecho. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

~~IV – R\$ – 370,00 (trezentos e setenta reais), para ocupantes de cargos de lubrificador e borracheiro, que componham a equipe de trecho. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**~~

IV – R\$ - 575,30 (quinhentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), para ocupantes de cargos de lubrificador e borracheiro, que componham a equipe de trecho. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 144, de 17/11/2009. Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

§ 3º - O adicional de traslado será computado para efeito de férias e gratificação natalina. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

§ 4º - O valor do presente adicional será corrigido nos mesmos percentuais da revisão anual dos vencimentos gerais dos servidores. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

§ 5º - Na hipótese de afastamento em decorrência de licença prêmio, somente será assegurada a continuidade de pagamento adicional, quando estiver percebido pelo servidor continuamente a mais de 01 (um) ano. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

§ 6º - Nas ocorrências de faltas e penalidades que impliquem em desconto nos vencimentos do servidor, esse desconto alcançará igualmente a parcela correspondente ao adicional. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

§ 7º - O servidor perderá direito ao adicional de traslado, quando afastado do exercício funcional e/ou da equipe de trecho. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

§ 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a estender este benefício a todos os servidores que trabalharem nas frentes de obras de manutenção nas ruas e estradas deste município, respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Incluído pela Lei Complementar n.º 129, de 10/07/2008.**

## TÍTULO IV

### DO REGIME DISCIPLINAR

#### CAPÍTULO I

#### DOS DEVERES



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 194** – São deveres do servidor:

- I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II – ser leal à instituição que servir;
- III – observar as normas legais e regulamentares;
- IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V – atender com presteza:
  - a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
  - b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;
  - c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
  - d)
- VI – levar ao conhecimento de autoridade superior às irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
- VIII – guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
- IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X – ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI – tratar com urbanidade as pessoas;
- XII – representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

**Parágrafo Único** – A representação de que trata o inciso XII, será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior aquela contra a qual for formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa.

**CAPÍTULO II**  
**DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 195** – Ao servidor público é proibido:



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

- I** – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II** – deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;
- III** – deixar de prestar declarações em processo administrativo disciplinar, quando regularmente intimado;
- IV** – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- V** – recusar fé a documento público;
- VI** – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- VII** – promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição, ou tornar-se solidário com ela;
- VIII** – referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou os atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral;
- IX** – cometer a pessoa estranha a repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
- X** – compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- XI** – manter sob chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau;
- XII** – valer-se o cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- XIII** – participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município;
- XIV** – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau;
- XV** – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**XVI** – praticar usura, sob qualquer de suas formas no âmbito do serviço público ou fora dele;

**XVII** – proceder de forma desidiosa;

**XVIII** – cometer a outro servidor atribuições estranhas as do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência ou transitória;

**XIX** – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

**XX** – exercer quaisquer atividade que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

**Art. 196** – Será aplicada a pena de demissão por transgressão dos incisos XII e XX, referidos no artigo anterior.

### **CAPÍTULO III** **DA ACUMULAÇÃO**

**Art. 197** – Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista, da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º - A compatibilidade de horários somente será admitida quando houver probabilidade de cumprimento integral da jornada ou do regime de trabalho, em turnos completos, fixados em razão do horário de funcionamento do órgão ou entidade a que o servidor pertencer.

**Art. 198** – O servidor vinculado ao regime desta lei que acumular lícitamente 02(dois) cargos de carreira, quando investido em cargo de provimento em comissão ficará afastado de ambos os cargos de carreira e perceberá sua remuneração nos termos da lei referida no parágrafo único do art. 173.

**Parágrafo Único** – O afastamento previsto neste artigo ocorrerá apenas em relação a um dos cargos, se houver compatibilidade de horários.

**Art. 199** – Não se compreende na proibição de acumular, a percepção conjunta de:

I – proventos de aposentadoria resultante de cargos legalmente acumuláveis;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

II – vencimento, remuneração ou proventos com pensão de qualquer natureza.

**Art. 200** – A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quando ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos especializados, de caráter temporário.

**Art. 201** – Sem prejuízo dos proventos, poderá o aposentado perceber gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva.

**Art. 202** – O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou função de confiança, nem participar, remuneradamente, de mais de um órgão de deliberação coletiva.

**Art. 203** – Verificado, mediante processo administrativo, que o servidor está acumulando de má fé, fora das condições previstas neste Estatuto, será ele demitido de todos os cargos e funções e obrigado a restituir o que houver recebido ilicitamente.

§ 1º - Provada a boa fé, o servidor será mantido no cargo ou função pela qual optar.

§ 2º - Não fará jus a gratificação prevista neste artigo o servidor cedido ou a disposição de outro órgão ou entidade, exceto os cargos de nomeação exclusiva do Prefeito ou no exercício de função de confiança no âmbito da própria secretaria.

#### CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 204** – O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

**Art. 205** – A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.

§ 1º - Nos casos de indenização a Fazenda Municipal, o servidor será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada de numerário nos prazos legais.

§ 2º - Ressalvados os casos do parágrafo anterior, a indenização de prejuízos causados ao Erário poderá ser liquidada na forma prevista no art.67.

§ 3º - Tratando-se de dano causado a terceiros, por dolo ou culpa, e indenizado pelo Município, responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação regressiva.

§ 4º - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da herança recebida.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 206** – A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados aos servidor, nessa qualidade.

**Art. 207** – A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

**Art. 208** – As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independente entre si, assim como as respectivas instâncias.

**Parágrafo Único** – A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

## **CAPÍTULO V** **DAS PENALIDADES**

**Art. 209** – São penalidades disciplinares:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão;

IV – cassação de disponibilidade ou de aposentadoria;

V – destituição de cargo em comissão.

**Art. 210** – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

**Art. 211** – A pena de advertência será aplicada por escrito, nos casos previstos no art. 195 e de inobservância ao dever funcional previsto em lei.

**Art. 212** – A pena de suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90(noventa) dias.

§ 1º - O servidor suspenso, durante o período da pena, perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

§ 2º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**§ 3º** - Será punido com suspensão de até 15(quinze) dias, o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

**Art. 213** – A penalidade de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 03(três) a 05(cinco) anos, respectivamente, de efetivo exercício, se não for praticada nova infração disciplinar.

**Parágrafo Único** – O cancelamento da penalidade não surtirá efeito retroativo.

**Art. 214** – A pena de demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I – crime contra a Administração Pública;
- II – abandono de cargo;
- III – inassiduidade habitual;
- IV – improbidade administrativa;
- V – incontinência pública e conduta escandalosa;
- VI – insubordinação grave em serviço;
- VII – ofensa física em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII – aplicação irregular de dinheiro público;
- IX – revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
- X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- XI – corrupção;
- XII – acumulação ilegal de cargos ou funções públicas;
- XIII – transgressão do art. 195, inciso XII e XX;
- XIV – ineficiência no exercício do cargo.

**§ 1º** - A pena de demissão prevista no inciso I será aplicada em decorrência de sentença judicial com trânsito em julgado.

**§ 2º** - Considerar-se-á abandono de cargo, o não comparecimento do servidor por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ao serviço, sem justa causa.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**§ 3º** - Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60(sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12(doze) meses.

**§ 4º** - A pena de demissão por ineficiência no serviço, só será aplicada quando verificada a impossibilidade de readaptação do servidor.

**Art. 215** – A acumulação de que trata o inciso XII do artigo anterior se de boa fé acarreta a demissão de um dos cargos ou funções, dando-se o prazo de 15(quinze) dias ao servidor, para opção.

**§ 1º** - Se comprovado que a acumulação se deu por má fé, o servidor será demitido de ambos os cargos e obrigado a devolver o que houver recebido indevidamente dos cofres públicos.

**§ 2º** - Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos ou função exercido na União, Estados, Distrito Federal ou outro Município, a demissão será comunicada ao outro órgão ou entidade onde ocorrerá a acumulação.

**Art. 216** – A demissão nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 214, implica na indisponibilidade dos bens e o ressarcimento do Erário, sem prejuízo de ação penal cabível.

**Art. 217** – A demissão por infringência ao art. 195, incisos XII e XIV, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública municipal, pelo prazo mínimo de 05(cinco) anos.

**Art. 218** – Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido por infringência ao art.214, inciso I, IV, VIII, X e XI.

**Art. 219** – Atendida a gravidade da falta, a pena da demissão poderá ser aplicada como nota pública “a bem do servidor público”, a qual constará, obrigatoriamente, do ato demissório.

**Art. 220** – Será cassada a disponibilidade do servidor que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

**Art. 221** – O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

**Art. 222** – As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I – pelo Prefeito Municipal:

- a) em caso de demissão e cassação de disponibilidade ou aposentadoria;
- b) quando se tratar de destituição de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo;



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

II – pelo secretário a suspensão superior a 30(trinta) dias;

III – pelo chefe imediato nos casos de advertência e suspensão de até 30(trinta) dias.

**Art. 223** – A ação disciplinar prescreverá:

I – em 05(cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II – em 02(dois) anos, quanto à suspensão;

III – em 180(cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º - o prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado ou do momento em que se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previsto na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º - Interrompido o curso de prescrição, este recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

**TÍTULO IV**  
**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

~~**Art. 224** — O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação imediata com atribuições do seu cargo.~~

~~**Parágrafo Único** — As disposições deste título aplicam-se a qualquer cargo compreendido no quadro Permanente, Suplementar ou Provisório do Município, de suas Autarquias e Fundações.~~

~~**Art. 225** — A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.~~

~~**Art. 226** — As denúncias sobre as irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenha a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.~~

~~**Parágrafo Único** — Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.~~

~~**Art. 227** — O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03(três) servidores estáveis, designados pelo Prefeito Municipal, que indicará dentre eles o seu Presidente.~~



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

~~§ 1º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu Presidente, podendo a designação cair em um dos seus membros.~~

~~§ 2º - Não poderá participar da comissão de sindicância ou de inquérito administrativo, parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta e colateral, até o terceiro grau.~~

~~§ 3º - A comissão instalará os respectivos trabalhos dentro de 05(cinco) dias da data da publicação do ato de sua constituição.~~

~~Art. 228 - A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.~~

~~Art. 229 - Se, de imediato ou no curso de processo disciplinar, ficar evidenciado que a irregularidade envolve crime, a autoridade instauradora comunicará o fato ao Ministério Público.~~

~~Art. 230 - Os órgãos e entidades municipais, sob pena de responsabilidade de seus titulares, atenderão com presteza as solicitações da comissão processante, inclusive quanto a requisição de técnicos e peritos, devendo comunicar prontamente a impossibilidade de atendimento, em caso de força maior.~~

~~Art. 231 - Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame parcial, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.~~

~~Parágrafo Único - A autoridade julgadora não ficará adstrita ao laudo pericial, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.~~

~~Art. 232 - Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30(trinta) dias, de demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria, ou, destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração do inquérito administrativo disciplinar.~~

## CAPÍTULO II DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

~~Art. 233 - Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração de irregularidade, a autoridade instauradora do inquérito, sempre que julgar necessário, poderá ordenar o seu afastamento do cargo, pelo prazo de até 30(trinta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.~~

~~§ 1º - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não incluído o processo.~~

~~§ 2º - Em caso de aplicação de penalidade de suspensão, será computado o afastamento preventivo do servidor.~~

~~Art. 234 - É assegurada a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos do período de afastamento por suspensão preventiva, bem como da percepção da diferença de vencimentos e vantagens, devidamente corrigida, quando reconhecida a incênia do servidor ou a penalidade imposta se limitar a repreensão ou multa.~~

## CAPÍTULO III DA SINDICÂNCIA

~~Art. 235 - A sindicância, como meio sumário de verificação, será promovida:~~

~~I - como preliminar de inquérito administrativo disciplinar;~~



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: ajur@tangaradaserra.mt.gov.br



Assessoria Jurídica

~~II — quando não obrigatória a instauração, desde logo, de inquérito administrativo disciplinar.~~

~~**Parágrafo Único** — A sindicância será conduzida por uma comissão composta de 03(três) servidores estáveis designados pela autoridade que deu posse ao sindicato, indicando dentre eles seu Presidente.~~

~~**Art. 236** — A comissão incumbida da sindicância, de imediato, procederá as seguintes diligências:~~

~~I — inquirição das testemunhas para esclarecimentos dos fatos referidos no ato de instauração e depoimento do sindicado, se houver, permitindo a este, a juntada de documentos e indicação de provas;~~

~~II — intimação do sindicado, quando concluída a fase probatória para, querendo no prazo de 05(cinco) dias oferecer defesa escrita.~~

~~**Art. 237** — Comprovada a existência ou inexistência de irregularidades, a comissão dentro do prazo de 30(trinta) dias de sua constituição, apresentará relatório de caráter expositivo, contendo, exclusivamente, os elementos fáticos colhidos, abstendo-se de quaisquer observações ou conclusões de cunho jurídico e encaminhará o processo a autoridade instauradora para:~~

~~I — aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30(trinta) dias;~~

~~II — abertura de inquérito administrativo;~~

~~III — arquivamento do processo.~~

~~**Parágrafo Único** — O prazo referido no “caput” deste artigo, poderá ser prorrogado por igual período.~~

**CAPÍTULO IV**  
**DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**  
**Seção I**  
**Das Disposições Gerais**

~~**Art. 238** — O inquérito administrativo será contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com utilização dos meios e recursos admitidos em direito.~~

~~**Art. 239** — O relatório de sindicância integrará inquérito administrativo, como peça informativa da instrução do processo.~~

~~**Art. 240** — O prazo para a conclusão do inquérito não excederá a 30(trinta) dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação, por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.~~

~~§ 1º - A comissão de inquérito será composta de 03(três) membros designados pela autoridade que deu posse ao indiciado, e indicará dentre eles seu Presidente.~~

~~§ 2º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto até a entrega final do relatório.~~

~~§ 3º — As reuniões da comissão serão registradas em atas, que deverão detalhar as deliberações adotadas, e terão caráter reservado.~~

~~**Art. 241** — A comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas,~~



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

~~recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.~~

~~**Art. 242** — Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá a autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.~~

~~**Parágrafo Único** — O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal após a exposição do laudo pericial.~~

## Seção II

### Dos Atos e Termos Processuais

~~**Art. 243** — A citação do servidor acusado será feita pessoalmente por mandado expedido pelo Presidente da comissão, ao qual se anexará cópia dos documentos existentes para que o mesmo tome conhecimento dos motivos do processo disciplinar.~~

~~**Parágrafo Único** — Não sendo encontrado o acusado ou ignorado o seu paradeiro, a citação far-se-á por edital, publicado 03(três) vezes na imprensa local ou regional, no prazo de 10(dez) dias, a contar da última publicação.~~

~~**Art. 244** — O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar a comissão, o lugar onde poderá ser encontrado.~~

~~**Art. 245** — No caso de recusa do acusado em por o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa, será contado da data declarada em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 02(duas) testemunhas.~~

~~**Art. 246** — Feita a citação e não comparecendo o acusado, prosseguir-se-á o processo a sua revelia.~~

~~**Parágrafo Único** — A revelia será declarada por tempo nos autos do processo.~~

~~**Art. 247** — As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo Presidente da comissão, devendo a Segunda via, com o “ciente” dos interessados, ser anexada aos autos.~~

~~**§ 1º** — Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandato será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcados para a inquirição.~~

~~**§ 2º** — Quando for desconhecido o paradeiro de alguma testemunha, o Presidente solicitará, as repartições competentes, informações necessárias a sua notificação.~~

~~**Art. 248** — No dia aprazado, será ouvido o denunciante, se houver, e na mesma audiência, interrogado o acusado que dentro do prazo de 10(dez) dias, apresentará defesa prévia e o rol de testemunhas, até o limite de 05(cinco), as quais serão notificadas.~~

~~**§ 1º** — No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente e, sempre que divergirem em suas declarações sobre os fatos ou circunstâncias, será promovida acareações entre eles.~~

~~**§ 2º** — Respeitado o limite mencionado no “caput” deste artigo, poderá o acusado, durante a instrução, substituir as testemunhas ou indicar outras no lugar das que não comparecerem, com a antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas.~~

~~**§ 3º** — Havendo 02(dois) ou mais indicados, o prazo comum será de 20(vinte) dias.~~



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

~~§ 4º – O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligência reputadas indispensáveis.~~

~~Art. 249 – No mesmo dia da audiência inicial, se possível, e nos dias subsequentes, tomar-se-á o depoimento das testemunhas apresentadas pelo denunciante ou arroladas pela comissão, e a seguir, o das testemunhas nomeadas pelo acusado.~~

~~§ 1º – O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito a testemunha trazê-lo por escrito.~~

~~§ 2º – As testemunhas serão inquiridas separadamente.~~

~~§ 3º – Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.~~

~~Art. 250 – A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depôr, obedecendo os termos dos artigos 200 e 206 – Código de Processo Penal.~~

~~§ 1º – Ao servidor público que se recusar a depôr sem justa causa será aplicada a sanção cabível pela autoridade competente.~~

~~§ 2º – Quando pessoa estranha ao serviço público se recusar a depôr perante a comissão, o Presidente solicitará à autoridade policial a providência cabível, afim de ser ouvida na polícia.~~

~~§ 3º – Na hipótese do parágrafo anterior, o Presidente encaminhará a autoridade policial, deduzidas por itens, a matéria do fato sobre o qual deverá ser ouvida a testemunha.~~

~~§ 4º – O servidor que tiver que depôr como testemunha em processo disciplinar, fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação pertinente.~~

~~Art. 251 – Como ato preliminar, ou no decorrer do processo, poderá o Presidente representar junto a autoridade competente, solicitando a suspensão preventiva do acusado.~~

~~Art. 252 – Durante o transcorrer do processo, o Presidente poderá ordenar toda e qualquer diligência que se afigure conveniente ao esclarecimento dos fatos.~~

~~Parágrafo Único – Caso seja necessário o concurso de técnicos e peritos oficiais, os requisitará a autoridade competente, observado, quanto a estes, os impedimentos contidos nesta lei.~~

~~Art. 253 – O Presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.~~

~~Parágrafo Único – Será indeferido o pedido de prova pericial quando a comprovação do fato independe de conhecimento pericial do perito.~~

### Seção III Da Defesa

~~Art. 254 – Durante o transcorrer da instrução é assegurada a intervenção do acusado ou de seu defensor, constituído ou nomeado pela comissão.~~

~~§ 1º – O defensor constituído ou nomeado no interrogatório, somente será admitido no exercício da defesa se for advogado inscrito na Ordem do Advogados do Brasil.~~



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

~~§ 2º – Em caso de revelia, o Presidente da comissão designará “ex-officio”, um servidor que deverá ser advogado inscrito na forma prevista no parágrafo anterior, para promover a defesa.~~

~~§ 3º – O defensor do acusado, quando designado pelo Presidente da comissão, não poderá abandonar o processo, senão por motivo imperioso, sob pena de responsabilidade.~~

~~§ 4º – Não havendo servidor advogado, o Presidente da Comissão solicitará ao Prefeito providências para a contratação de defensor para o servidor acusado.~~

~~§ 5º – A falta de comparecimento do defensor ainda que motivada, não determinará o adiamento da instrução, devendo o Presidente da Comissão nomear defensor “ad hoc” para a audiência previamente designada.~~

~~Art. 255 – As diligências externas poderão ser acompanhadas pelo servidor acusado e seu defensor.~~

~~Art. 256 – Encerrada a instrução, será, dentro de 05(cinco) dias, dada vista do processo ao acusado e seu defensor, para as razões de defesa, pelo prazo de 10(dez) dias.~~

~~Art. 257 – Positivada a alienação mental do servidor acusado, será o processo, quanto a este, imediatamente encerrado, providenciadas as medidas médicas e administrativas cabíveis, lavrando-se o termo circunstanciado, prosseguindo o processo em relação aos demais acusados, se houverem.~~

~~Art. 258 – Se nas razões de defesa, for arguida a alienação mental e, como prova, for requerido o exame médico do acusado, a comissão autorizará a perícia e, após a juntada do laudo, se positivo, procederá na forma do disposto no artigo anterior.~~

~~Art. 259 – Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.~~

~~§ 1º – O relatório será sempre conclusivo quanto a inocência ou a responsabilidade do servidor.~~

~~§ 2º – Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.~~

~~Art. 260 – O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido a autoridade que determinou a sua instauração.~~

#### **Seção IV** **Do Julgamento**

~~Art. 261 – No prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.~~

~~§ 1º – A decisão deverá conter a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar.~~

~~§ 2º – A autoridade julgadora decidirá a vista dos fatos apurados pela comissão, não ficando vinculada às conclusões do relatório.~~

~~Art. 262 – Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial e ordenará a constituição de outra comissão para apurar os atos articulados no processo.~~



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

~~§ 1º – Quando a autoridade julgadora entender que os fatos não forem devidamente apurados, determinará o reexame do processo na forma prevista neste artigo.~~

~~§ 2º – O julgamento do processo fora do prazo legal não implica em sua nulidade.~~

~~§ 3º – A autoridade julgadora que der causa a prescrição será responsabilizada na forma prevista nesta lei.~~

~~Art. 263 – Extinta a punidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor acusado.~~

~~Art. 264 – Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração de ação penal, ficando translado na repartição.~~

~~Art. 265 – O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado do cargo a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.~~

## ~~CAPÍTULO V~~ ~~DO PROCESSO POR ABANDONO DE CARGO~~

~~Art. 266 – No caso de abandono de cargo ou função, instaurado o processo e feita a citação na forma prevista no Capítulo IV, Seção II, deste Título, comparecendo o acusado e tomadas as suas declarações, terá ele o prazo de 10(dez) dias para oferecer defesa ou requerer a produção da prova, que poderá versar sobre força maior ou coação ilegal.~~

~~Parágrafo Único – Não comparecendo o acusado ou encontrando-se em lugar incerto não sabido, a comissão fará publicar na imprensa local, por 03(três) vezes, o edital de chamamento com prazo de 10(dez) dias após a última publicação.~~

~~Art. 267 – Simultaneamente com a publicação dos Editais, a comissão deverá:~~

- ~~I – requisitar o histórico funcional a frequência do acusado;~~
- ~~II – diligenciar a fim de localizar o acusado;~~
- ~~III – ouvir o chefe da divisão administrativa ou órgão equivalente a que pertencer o servidor;~~
- ~~IV – solicitar aos órgãos competentes os antecedentes médicos, informando, especialmente, do estado mental do acusado faltoso.~~

~~Art. 268 – Não atendidos os editais de citação, será o servidor declarado revel e ser-lhe-á nomeado um defensor na forma do art. 254 e seus parágrafos desta lei.~~

## TÍTULO IV DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

### CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS<sup>8</sup>

<sup>8</sup> O município dispõe de Comissão Permanente de Sindicância.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 224** - Todo aquele que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigado a comunicá-la à autoridade superior. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** - A autoridade que, por qualquer meio, tiver conhecimento de irregularidade praticada por servidor é obrigada a adotar providências visando à sua imediata apuração, sem prejuízo das medidas urgentes que o caso exigir. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 225** - As denúncias fundadas sobre irregularidades e advindas dos administrados são objeto de apuração, desde que contenham a identificação e endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 226** - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 227** - A apuração das infrações disciplinares dos servidores públicos será feita mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, que poderá ser ordinário ou sumário. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 228** - Esta seção aplica-se a todos os servidores do Poder Executivo Municipal, sejam efetivos, com cargo em comissão ou temporários. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** – Os procedimentos administrativos disciplinares dos servidores do Magistério, das Autarquias e Fundações municipais deverão ser conduzidos comissão específica. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

## CAPÍTULO II

### DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

**Art. 229** - O procedimento administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por falta ou irregularidade praticada no exercício do cargo ou função, por ação ou omissão, dolosa ou culposa ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, compreendendo dois procedimentos: **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

I – sindicância; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

II – processo administrativo disciplinar ordinário ou sumário. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§1º - A Sindicância será conduzida por um servidor estável, ou uma comissão composta de três servidores estáveis, a critério da Administração, que designará o servidor escolhido ou os membros da Comissão por meio de Portaria. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

§2º - O Processo Disciplinar, seja ordinário ou sumário, será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu Presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível do sindicato, ou ter escolaridade superior ou de mesmo nível que o sindicato. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 230** - Os atos praticados em sede de procedimento administrativo disciplinar podem ser classificados como sigilosos, devendo o sindicante ou a Comissão, em despacho, fundamentar os motivos pelos quais aqueles atos devem guardar sigilo. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 230-A** - Havendo indícios incontestáveis de prática de crime, a autoridade que instaurar o procedimento deve comunicar o fato, de imediato, ao Ministério Público, para a necessária persecução criminal. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

### CAPÍTULO III DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

**Art. 231** - Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade que instaurar o processo administrativo disciplinar ou a sindicância, sempre que julgar necessário e a qualquer tempo, pode ordenar o afastamento do cargo do servidor investigado, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem a perda da sua remuneração. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

§1º O - afastamento do servidor pode ser prorrogado por igual prazo, sendo que ao término da prorrogação cessam os efeitos, ainda que não concluído o processo. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

§2º - Tratando-se de malversação de erário público ou de comoção pública, o afastamento do servidor é obrigatório durante todo o período do processo administrativo disciplinar. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 231-A** - O período de afastamento preventivo computa-se como de efetivo exercício, não sendo descontado da pena de suspensão eventualmente aplicada. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

### CAPÍTULO IV DA SINDICÂNCIA

**Art. 232-** É instaurada a sindicância: **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

I – investigativa, quando não houver indícios suficientes quanto à materialidade e à autoria dos fatos, não podendo levar o servidor à punição alguma, constituindo-se esta sindicância mera preliminar do processo administrativo disciplinar ordinário; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

II – decisória, para apuração da materialidade e autoria de fato, punida com advertência ou suspensão por até 30 (trinta) dias, caso em que pode resultar na aplicação da sanção administrativa disciplinar; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

§1º - A sindicância investigativa é convertida em decisória, por ato fundamentado, garantido o direito da ampla defesa do sindicado, quando forem apuradas no seu decorrer a materialidade e a autoria do fato, punido como advertência ou suspensão nos termos do inciso II deste artigo. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

§2º - A sindicância pode ser dispensada caso existam evidências e indícios fortes e suficientes para a formação do procedimento, ou que, ao menos em tese, haja falta ou irregularidade que enseje as sanções de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou de função de confiança, podendo assim ser instaurado de imediato o processo administrativo disciplinar ordinário, assegurado ao argüido o contraditório e a ampla defesa. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 233** - A autoridade competente para determinar a instauração de sindicância administrativa, se convencida da existência de irregularidade funcional e de indícios de quem seja o autor, poderá em despacho fundamentado do seu convencimento remanejar o sindicado para exercer as atribuições de seu cargo em unidade diversa daquela em que se deu o fato investigado. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 234** - O sindicante ou a comissão deve promover a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, e deve recorrer, quando necessário, a técnicos e peritos para a completa elucidação dos fatos. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 235** - O sindicante ou a comissão sindicante, recebida a ordem para a instauração da sindicância deverá, imediatamente, deliberar sobre as providências a serem tomadas para a fase instrutória, momento em que é adequado haver a oitiva de testemunhas, o depoimento do sindicado, o desenvolvimento de perícias e das demais provas relevantes ao procedimento; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 236** - No caso de sindicância decisória, ao final da fase instrutória, o indiciado será intimado a apresentar defesa escrita, caso queira, no prazo de cinco dias. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** – no caso da sindicância investigativa não se procederá a intimação para defesa escrita do sindicado, eis que tal procedimento é apenas preparatório para o processo administrativo disciplinar, não tendo o condão de punir o sindicado. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 237** - Na sindicância decisória, após a defesa indiciado, a comissão emitirá relatório, de caráter expositivo, relatando os elementos de fato e de direito, expondo os fundamentos das recomendações feitas à autoridade julgadora. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 237-A** - A autoridade julgadora, à vista do respectivo relatório, se for o caso, procede ao arquivamento ou ao julgamento da sindicância e à imposição da respectiva sanção de advertência, suspensão por até trinta dias ou determina a instauração do processo administrativo disciplinar. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 238** - O prazo para a conclusão da sindicância não poderá exceder a 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado uma vez por igual período. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 238-A** - Ao procedimento de sindicância são aplicadas, no que couber, as regras inseridas neste Estatuto e integrantes do processo administrativo disciplinar ordinário. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

## CAPÍTULO V DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SUMÁRIO

**Art. 239** - O processo administrativo disciplinar sumário será instaurado para os casos de abandono de cargo, inassiduidade habitual e cumulação ilegal de cargos públicos. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 239-A** - Configura-se abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço, sem justificativa legal, superior a 30 (trinta) dias consecutivos. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 240** - Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, intercaladamente, durante o período de 12 (doze) meses seguidos. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 240-A** - Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargo, emprego ou função, o servidor é notificado, por intermédio da sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da ciência, e, na hipótese de omissão, o titular do órgão ou unidade de lotação,



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

compulsoriamente, levará a narrativa de tal comportamento à autoridade superior para que o mesmo seja apurado através de processo administrativo. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 241-** O procedimento adotado para os casos descritos no artigo anterior é sumário e se desenvolve nas seguintes fases: **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

I – instauração, com a publicação de ato do qual consta a autoria e a materialidade da transgressão; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

III – julgamento. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**§1º** - A indicição de que trata o inciso II deste artigo, dá-se pelo nome e pela matrícula do servidor e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**§2º** - O sindicante ou a comissão, no prazo de 3 (três) dias da publicação do ato que a constituiu, lavram termo de indicição em que são transcritas as informações de que trata o §1º deste artigo, bem como promove a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar defesa escrita. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**§ 3º** - A ampla defesa e as situações de revelia são tratadas da forma prescrita na presente Lei e no Decreto regulamentatório para o processo administrativo ordinário; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**§ 4º** - Apresentada a defesa, é elaborado o relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que se resume as peças principais dos autos, opina-se sobre a licitude da acumulação em exame, indica o respectivo dispositivo legal e remete-se o processo à autoridade julgadora; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**§ 5º** - No prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora profere a sua decisão que, se concluir pela demissão, remete o expediente ao respectivo Chefe do Poder Executivo Municipal, para aplicação da mencionada sanção disciplinar. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§ 6º - A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configura sua boa-fé, hipótese em que se converte automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

§ 7º - Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplica-se a sanção de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação são comunicados. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

§ 8º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá a 30 (trinta) dias, contados do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo quando as circunstâncias o exigirem. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 241-A** - É cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 242** - A destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, é aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

**Art. 242-A** - A demissão ou a destituição de cargo em comissão em Processo Administrativo Disciplinar, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, de igual provimento, pelo prazo de 5 (cinco) anos. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 243** - O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste capítulo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as regras do processo administrativo disciplinar ordinário, conforme disposto nesta Lei. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

## CAPÍTULO VI

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ORDINÁRIO

**Art. 244** - A instauração do processo administrativo disciplinar ordinário ocorrerá quando se constatar que à falta ou ao ilícito praticado pelo indiciado forem cominadas as sanções disciplinares mais severas do que advertência e suspensão superior a 30 (trinta) dias, excetuando-se os casos em que se aplicam as regras do processo administrativo sumário; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** – Aplica-se, igualmente, as regras do processo administrativo disciplinar ordinário nos casos em que, a despeito da penalidade a ser



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

aplicada seja leve, não se instaurou sindicância; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 244-A** - Durante todo o processo administrativo disciplinar será assegurado ao sindicado a ampla defesa e o contraditório. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 245** - A sindicância integra o processo administrativo disciplinar como peça informativa da instrução do processo. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 245-A** - O prazo para a realização do processo administrativo disciplinar é de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, prorrogável por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem ou a critério da autoridade superior. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 246** - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de advogado ou defensor público, de arrolar, inquirir e reinquirir testemunhas, de produzir provas e de formular quesitos, quando se tratarem de prova pericial. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 246-A** - As reuniões da comissão serão sempre registradas em ata, que deverão detalhar as deliberações adotadas e terão caráter reservado. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 247** - Após a instauração do processo administrativo disciplinar, o Presidente da Comissão lavra termo de indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados, as circunstâncias que o fundamentam, designando dia e hora para o interrogatório do indiciado, ordenando a sua citação, de tudo notificando as autoridades interessadas. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**§ 1º** - O interrogatório é prestado oralmente e reduzido a termo; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**§ 2º** - O interrogatório do acusado preso pode ser feito no estabelecimento prisional que se encontrar, em sala própria, desde que sejam garantidas a segurança da Comissão e de seus auxiliares, a presença do defensor e a publicidade do ato; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**§ 3º** - Caso o deslocamento da Comissão e auxiliares até o estabelecimento prisional seja inviável, o servidor preso é trazido, mediante autorização judicial, sob escolta, para interrogatório na sede da Comissão designada para essa finalidade; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§ 4º - O silêncio do acusado não importa em confissão e nem pode ser interpretado em prejuízo da defesa; **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 247-A** - A citação do indiciado é, em regra, pessoal e pode se dar por mandado entregue em mãos ou por aviso de recebimento (ARPM) dos Correios. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

§ 1º - Do mandado de citação constará cópia do termo de indiciamento, ou o seu resumo; **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

§ 2º - O indiciado que mudar de residência é obrigado a comunicar à comissão o lugar onde pode ser encontrado; **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

§ 3º - A cópia do mandado, em que conste a comprovação de que o indiciado o recebeu, ou o aviso de recebimento dos correios são juntados, pelos membros da Comissão, aos autos. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art 248** - O indiciado que residir em outra cidade será citado por ARPM pelos Correios e este deve comparecer no dia, hora e local designados pela Comissão, sob pena de lhe ser decretada a revelia. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 248-A** - Entre a data da citação do indiciado e sua oitiva será obedecido o prazo de três dias úteis. Este prazo é majorado para cinco dias se o indiciado residir fora da cidade de Tangará da Serra e para dez caso resida fora do Estado de Mato Grosso. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 249** - Caso o indiciado se recuse a pôr o ciente na cópia do mandado, o servidor público incumbido de realizar tal ato certificará o fato, assinando no mandado pelo menos uma testemunha. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 249-A** - Admite-se a citação por edital: **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

I – com prazo de 5 (cinco) dias, quando o indiciado estiver se ocultando ou sendo ocultado, ou quando, por qualquer outro modo fraudulento, dificultar a sua citação; **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

II – com prazo de 15 (quinze) dias, quando o indiciado não for encontrado ou se achar em local incerto ou não sabido. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 250** - A citação por edital do indiciado será realizada em jornal de grande circulação no município e deve ser publicada por três vezes, com intervalos de



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

três dias entre si, bem como afixada entre as publicações do Município no Prédio da Prefeitura Municipal. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 250-A** – Vetado **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 251** - O defensor do acusado pode assistir ao interrogatório e à inquirição das testemunhas, não lhe sendo permitido influir, de qualquer modo, nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, inquirir ou reinquirir as testemunhas, por meio do Presidente da Comissão. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 251-A** - A revelia no processo administrativo disciplinar é decretada por termo nos autos, sempre que citado: **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

I – por edital, o indiciado deixar de comparecer ao interrogatório; **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

II – inicialmente, por mandado ou aviso de recebimento, ou intimado para qualquer ato do processo, o indiciado deixar de comparecer sem motivo justificado. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** - Declarada a revelia do indiciado ser-lhe-á nomeado defensor dativo, devolvendo-se o prazo para a defesa prévia. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 252** - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** - O incidente de sanidade mental será processado em autos apartados e apensos ao processo principal, após a expedição do laudo pericial. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 252-A** - Confirmada a alienação mental do servidor, será o processo encerrado, providenciadas as medidas médicas e administrativas cabíveis, prosseguindo o processo aos demais acusados, se houverem. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 253** - O indiciado, por si ou por seu defensor, será intimado, após o interrogatório ou no prazo de 3 (três) dias, para oferecer defesa prévia, juntar todos os documentos que entender pertinentes ao caso e arrolar no máximo 3 (três) testemunhas para cada ato, devendo ser ouvidas, no máximo, seis testemunhas de defesa e seis de acusação. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 253-A** - Se houver mais de um processado, os mesmos serão ouvidos separadamente. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** – Caso haja mais de um processado, os prazos para a realização de atos processuais que lhe couberem e que estejam constantes neste capítulo serão comuns e se contarão em dobro. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 254** - Decorrido o prazo de que trata o artigo anterior, apresentada ou não a defesa prévia, procede-se à inquirição das testemunhas, devendo as de acusação ser ouvidas primeiramente, em data e hora previamente designadas, sendo intimados o processado e seu defensor para acompanhar as oitivas. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 254-A** - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo Presidente da Comissão, devendo uma via do mesmo ser juntado no processo com a comprovação da ciência dos interessados. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** – Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 255** - As testemunhas serão ouvidas separadamente, não sendo lícito trazer o depoimento por escrito, devendo ser oral e reduzido a termo por membro da comissão. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** - Na hipótese de depoimentos contraditórios, é permitida a acareação entre os depoentes. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 255-A** - Se as testemunhas de defesa não forem encontradas, ou se não comparecerem na data e hora designadas para sua oitiva, o indiciado, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de preclusão, pode indicar outras em substituição. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 256** - Todo servidor público será obrigado a prestar testemunho e a negativa em fazê-lo poderá implicar em sua responsabilidade funcional. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** - Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, separado ou divorciado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 256-A** - O Presidente da Comissão pode denegar pedidos considerados impertinentes, protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 257** - Pode o indiciado requerer novas diligências ou juntada de novos documentos, até três dias após a oitiva da última testemunha, mas a Comissão analisará a necessidade ou conveniência das mesmas. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 257-A** - Esgotado o prazo de que trata do artigo anterior e não havendo novas diligências ou concluídas aquelas deferidas, é aberta vistas dos autos ao indiciado para, no prazo de 3 (três) dias, apresentar suas alegações finais e, após, o processo administrativo disciplinar é relatado pelo Presidente da Comissão e será encaminhado para a autoridade julgadora. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 258** - O relatório, de caráter expositivo, deve trazer os elementos de fato e de direito do caso, expondo os fundamentos das recomendações feitas à autoridade julgadora, mas não vincula a autoridade julgadora a acolhê-lo. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 258-A** - Julgado procedente o processo administrativo disciplinar, a autoridade julgadora deve: **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

I - baixar o ato de imposição da sanção, determinando a sua respectiva publicação, no mural da Prefeitura Municipal; **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

II - remeter os autos à Comissão para que providencie a intimação do indiciado e seu eventual defensor da decisão, para que, querendo, apresente recurso, no prazo de cinco dias. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 259** - Caso não seja apresentado recurso ou o recurso não seja provido, a decisão considera-se transitada em julgado. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 259-A** - A recusa do servidor em efetivar os pagamentos devidos e inseridos em sua punição implica a sua inscrição na dívida ativa, com posterior execução. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 260** - Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declara a nulidade total ou parcial do processo e ordena o seu refazimento. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**



## CAPÍTULO V DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

**Art. 260-A** - É cabível o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na Administração Pública Municipal, podendo ser firmado quando a infração administrativa disciplinar, no seu conjunto, apontar ausência efetiva de lesividade considerável ao erário, ao serviço ou a princípios que regem a Administração Pública. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Parágrafo único** - Para fins do que dispõe o *caput* deste artigo, considera-se como essencial para que se firme o Termo de Ajustamento de Conduta: **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

I – inexistir dolo ou má-fé na conduta do servidor; **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

II – que o histórico funcional do servidor e a manifestação da chefia imediata lhe abonem a conduta. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 261** - O Termo de Ajustamento de Conduta pode ser formalizado antes ou durante o processo disciplinar, quando presentes, objetivamente, os indicativos apontados no art. 260-A desta Lei, e pode ser recomendado, caso esteja concluída a fase instrutória. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 261-A** - O Termo de Ajustamento de Conduta é uma sugestão do sindicante ou da comissão e sua aceitação não é obrigatória por parte do sindicato ou processado. Neste caso, submeter-se aos normais trâmites da sindicância ou processo administrativo disciplinar. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 262** - Se o Termo de Ajustamento de Conduta for firmado durante o procedimento administrativo disciplinar, este ficará suspenso enquanto o servidor não cumprir na integralidade as condições apostas. Durante este prazo, não correrá prazo prescricional para a imposição de penalidades. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 262-A** - O compromisso firmado pelo servidor perante a Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar deve ser acompanhado defensor anteriormente constituído ou *ad hoc* e sua homologação cabe ao Prefeito Municipal ou, em caso de delegação por Decreto, ao Secretário da área ao qual pertencer o servidor. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 263** - O servidor que tenha firmado Termo de Ajustamento de Conduta não deverá ser contemplado com o mesmo benefício no prazo de 1 (um) ano. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 264** - O servidor que responder a sindicância ou a processo administrativo disciplinar, por falta ou irregularidade cuja sanção cominada seja a de demissão ou que ensejar a obrigação de indenizar por prejuízos ou danos causados ao erário, somente pode ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade aplicada. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 265** - Os mandados, intimações e citações poderão ser entregues por servidor público municipal que não integre a Comissão, obedecidas as disposições desta seção. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 266** - A conclusão da sindicância ou o processo administrativo fora dos prazos previstos nesta Seção não implica nulidade dos procedimentos.

**Art. 267** - Os demais procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos feitos afetos à Sindicância, Termo de Ajustamento de Conduta e Processo Administrativo Disciplinar que não estejam previstos nesta Lei Complementar serão disciplinados por Decreto. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 267-A** - Os prazos constantes nesta seção serão contados excluindo o dia do início e incluindo o do final, contando-se da data do recebimento da notificação, citação ou intimação. **Incluído pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

**Art. 268** - Nos casos omissos a essa lei, aplica-se subsidiariamente os artigos da Lei Federal 9.784 de 1999 e os ditames do Código de Processo Penal brasileiro. **Redação dada pela Lei Complementar n.º 137, de 27/04/2009.**

## CAPÍTULO IV DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

**Art. 269** – O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou “ex-offício” quando:

- I – a decisão recorrida for contrária a texto expresso em lei ou a evidência dos autos;
- II – após a decisão, surgirem novas provas da inocência do punido ou de circunstância que autorizem o abrandamento da pena aplicada;
- III – quando a decisão proferida se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos ou eivados de vícios insanáveis.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - Os pedidos que não se enquadrarem nos casos contidos no elenco deste artigo, serão indeferidos, desde logo, pela autoridade competente.

**Art. 270** – O pedido de revisão será interposto perante a autoridade que aplicou a pena, cabendo ao requerente o ônus da prova.

**Art. 271** – A revisão, que não poderá agravar a pena já imposta, processar-se-á em apenso ao processo originário.

**Art. 272** – Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em novas provas.

**Art. 273** – A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos e ainda não apreciados no processo disciplinar.

**Art. 274** – O requerimento de revisão do processo será dirigido ao prefeito Municipal, que determinará a constituição de comissão, na forma do art. 227 desta lei.

**Parágrafo Único** – Será impedido de funcionar na revisão quem houver composto a comissão de processo disciplinar.

**Art. 275** – A comissão revisora terá 30(trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

**Art. 276** – Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão de inquérito.

**Art. 277** – O julgamento caberá ao Prefeito Municipal.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 15(quinze) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Concluídas as diligências, será renovado o prazo para julgamento.

**Art. 278** – Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos atingidos, exceto em relação a destituição de cargo em comissão, hipótese em que ocorrerá apenas a conversão da penalidade em exoneração.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
 Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

## TÍTULO VII

### DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

**Art. 279** – Para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado, mediante Lei Municipal que disciplinará tais contratações.

**Art. 280** – Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

I – programas ou campanhas, por natureza temporárias, na área de saúde pública, assistência social, educação ou esporte;

II – atender as situações de comoção interna ou calamidade pública;

III – substituir professor ou admitir professor visitante, inclusive estrangeiro;

IV – permitir execução de serviço de profissional de notória especialização nas áreas de pesquisa científica e tecnológica;

V – implantação de serviço urgente e inadiável;

VI – consecução de convênio, acordo ou ajuste para a execução de obras ou prestação de serviços;

VII – saída de servidores, mediante afastamento, aposentadoria, demissão voluntária ou outra causa, cuja ausência possa prejudicar a execução dos serviços.

**Art. 281** – É vedado o desvio de função do servidor contratado na forma deste Título, bem como sua recontração, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

**Art. 282** – Nas contratações por tempo determinado, serão observados os padrões de vencimentos dos planos de carreira do órgão ou entidade contratante, exceto na hipótese do inciso IV, do Art. 280, quando serão observados os valores do mercado do trabalho.

## TÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 283** – O dia do servidor público será comemorado a 28 (vinte e oito) de outubro.

**Art. 284** – Poderão ser instituídos os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

I – prêmio pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favorecem o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;

II – concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito e condecoração.

§ 1º - Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

§ 2º - Os prazos somente começam a correr a partir do 1º (primeiro) dia útil após a citação, intimação ou notificação.

**Art. 286** – Para efeito desta lei, considera-se sede do servidor a localidade em que se situa a repartição onde tenha exercício em caráter permanente.

**Art. 287** – É assegurada ao servidor público o direito a livre associação sindical, e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

- a) de ser representado, inclusive como substituto processual;
- b) da inamovibilidade do dirigente sindical, até 01(um) ano após o final do mandato, exceto se a pedido;
- c) de descontar em folha sem ônus para a entidade sindical, o valor das mensalidades e contribuições definidas em Assembléia Geral da categoria, sob autorização do servidor;
- d) de negociação coletiva;
- e) de ajuizamento individual e coletivo, na instância competente do Poder Judiciário.

**Art. 288** – O direito de greve será exercido na forma prevista em Lei Federal, assegurada, sempre o funcionamento dos serviços essenciais, inclusive das áreas de saúde e educação.

**Art. 289** – Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

**Art. 290** – O tempo de serviço público prestado ao Município, sob qualquer regime será contado integralmente para fins de adicional por tempo de serviço e licença especial.

**Art. 291** – Os servidores não estáveis do quadro de pessoal atual serão mantidos até a realização do concurso e provimento na forma deste Estatuto.



*Estado de Mato Grosso*  
*Município de Tangará da Serra*  
*Assessoria Jurídica*

[www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) - Fone (0xx65) 3311 – 4801  
Email: [ajur@tangaradaserra.mt.gov.br](mailto:ajur@tangaradaserra.mt.gov.br)



Assessoria Jurídica

**Art. 292** – Ficam transformados os empregos públicos em cargos públicos regidos na forma desta Lei.

**Art. 293** – Ficam submetidos ao regime desta Lei todos os servidores celetistas e estatutários, exceto aqueles contratados por tempo determinado.

**Art. 294** – O Executivo Municipal encaminhará ao Legislativo, dentro de 60(sessenta) dias a contar da promulgação desta, mensagem contendo Projeto de Lei que disporá sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, nos termos do art. 39 da Constituição Federal.

**Art. 295** – Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 002 de 17/11/92.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado do Mato grosso, 21 dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e noventa e quatro.

**SATURNINO MASSON**

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

**JEFFERSON FERREIRA DE SOUZA**

Secretário Municipal de Administração